

---

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 94085/2025**

**Processo nº 31.00430254/2025-02**

**CÓDIGO UASG: 984123**

- **OBJETO:** Aquisição de peças para equipamentos odontológicos
- **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** menor preço por item
- **FORMA DE FORNECIMENTO:** parcelado
- **MODO DE DISPUTA:** aberto e fechado
- **DATA DA SESSÃO PÚBLICA:** 07/07/2026 às 10h (horário de Brasília)
- **SITE PARA CONSULTAS:** [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e [www.pbh.gov.br](http://www.pbh.gov.br)
- **TELEFONE PARA CONTATO:** (31) 3277-7715

## **1. DO PREÂMBULO**

1.1 A Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte torna público que fará realizar procedimento licitatório na modalidade pregão, na forma eletrônica, nos termos dos Decretos Municipais nºs 18.096/22, e 18.289/23, da Lei Municipal nº 10.936/16, da Lei Federal nº 14.133/21 e Lei Complementar nº 123/06, observadas ainda as determinações das Leis Federais nº 12.846/13, nº 13.709/18 e demais legislações aplicáveis.

## **2. DO OBJETO**

2.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de peças para equipamentos odontológicos conforme condições e exigências estabelecidas neste Edital, Termo de Referência e demais anexos.

2.2. Em caso de discrepância entre as especificações do objeto descritas no Compras.gov.br e as constantes do Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

## **3. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

3.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o Edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública.

3.2. A impugnação ou o pedido de esclarecimento poderão ser enviados para o e-mail [cplmsa@pbh.gov.br](mailto:cplmsa@pbh.gov.br) ou ser entregues diretamente na Gerência de Licitações e Contratações - GLICC, situada na Avenida Afonso Pena, nº2.336, Funcionários, Belo Horizonte.

3.2.1. O documento enviado deverá conter o nome e CPF quando pessoa física ou razão social e CNPJ quando pessoa jurídica.

3.3. O Agente de Contratação, responderá à impugnação ou ao pedido de esclarecimento no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento dos documentos, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

3.3.1. Excepcionalmente e devidamente justificado, o prazo para resposta à impugnação e ao pedido de esclarecimento poderá ser prorrogado até o último dia útil anterior à data de abertura do certame, promovendo-se, se for o caso, o adiamento da sessão pública.

3.4. As respostas à impugnação e ao pedido de esclarecimento serão divulgadas diretamente no “site” [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), no “link” correspondente a este Edital e no “site” da PBH no endereço <https://prefeitura.pbh.gov.br/licitacoes>.

3.5. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Agente de Contratação nos autos do processo de licitação.

#### **4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

4.1. Somente poderão participar deste pregão beneficiários da LC 123/06 que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital, anexos e legislação aplicável.

4.2. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do procedimento os interessados que se enquadrem em quaisquer das situações a seguir:

- a) estejam constituídos sob a forma de consórcio, conforme justificativa para a vedação no Termo de Referência;
- b) estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária imposta pelo Município de Belo Horizonte nos termos da Lei n. 8.666/93;
- c) declarados impedidos de licitar e contratar com Entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Belo Horizonte;
- d) declarados impedidos de licitar e contratar com o Poder Legislativo do Município de Belo Horizonte;
- e) declarados inidôneos para licitar ou contratar com quaisquer órgãos da Administração Pública;
- f) com falência decretada ou que se encontrem em concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- g) estejam em recuperação judicial ou extrajudicial, salvo as empresas que comprovarem que o plano de recuperação foi homologado pelo juízo competente;
- h) enquadrados nas vedações previstas nos §§ 1º e 2º do art. 9 e no art. 14, ambos da Lei Federal 14.133/2021, bem como nas do art. 42 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte;

- i) cujo objeto social seja incompatível com o objeto desta licitação;
- j) sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- k) empresário proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
- l) demais hipóteses proibidas pela legislação vigente.

4.2.1. A observância das vedações do subitem 4.2 é de inteira responsabilidade do licitante que, em caso de descumprimento, sujeitar-se-á às penalidades cabíveis;

4.2.2. O Agente de Contratação verificará eventual descumprimento das vedações elencadas acima mediante consulta aos meios legais disponíveis.

## **5. DO CADASTRAMENTO**

5.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

5.1.1. Informações sobre cadastro de fornecedores poderão ser obtidas no Sistema de Compras do Governo Federal no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor>.

5.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.

5.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do Município de Belo Horizonte por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou desatualização.

## 6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o valor ou o percentual de desconto ofertado, **conforme o critério de julgamento adotado neste Edital**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.4. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.4.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.5. O licitante que prestar declaração falsa se sujeita às sanções previstas na lei e neste edital.

6.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após a fase de envio de lances.

6.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto final máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.8.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.8.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.9. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.9.1. Valor superior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.9.2. Percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.8 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA ELETRÔNICA**

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. **No campo valor unitário:** valor unitário;

7.1.2. Marca/Fabricante;

7.1.3. Modelo/versão.

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.3. No(s) valor(es) proposto(s) estará(ão) incluso(s) todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4. O(s) valor(es) proposto(s) ou o(s) percentual(is) de desconto(s), tanto na proposta eletrônica inicial, quanto na etapa de lances, será(ão) de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. A apresentação da(s) proposta(s) implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela(s) contida(s), em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o

proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus exatos termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

## **8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA AJUSTADA**

8.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Agente de Contratação, dar-se-á automaticamente, na data e na hora indicadas neste Edital, no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Agente de Contratação e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

8.3. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.4. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.

8.5. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.5.1. O intervalo mínimo de diferença dos valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1 (um) centavo.

8.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

8.7. Durante a sessão pública de lances, o evidente equívoco de digitação pelo licitante que der causa a preço incompatível ou manifestamente inexecutável poderá, motivadamente, ser excluído do sistema pelo Agente de Contratação, no caso de não exclusão pelo licitante nos moldes do item anterior.



8.8. A etapa de lances seguirá pelo modo de disputa “**aberto e fechado**”.

8.9. No modo de disputa “**aberto e fechado**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.9.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.9.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.9.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

8.9.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.10. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.11. Nas etapas abertas não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.13. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar para o Agente de Contratação no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública poderá ser suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.16. Havendo empate entre as ofertas, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

8.16.1. Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplica-se o disposto no subitem anterior.

8.16.2. Persistindo o empate após a aplicação dos critérios referidos nos subitens anteriores, o desempate ocorrerá por meio de sorteio.

8.16.3. Não será aplicado o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 na hipótese estabelecida no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

8.17. Em relação a item(ns)/grupo(s)/lote(s) não exclusivos para participação de beneficiários da Lei Complementar 123/06, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria os beneficiários da Lei Complementar 123/06 participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 16.535/2016.

8.17.1. Nessas condições, as propostas dos beneficiários da Lei Complementar 123/06 que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.17.3. Caso o beneficiário da Lei Complementar 123/06 melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocados os demais licitantes beneficiários da Lei Complementar 123/06 que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelos beneficiários da Lei Complementar 123/06 que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre eles para que se identifique aquele que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.17.5. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.

8.17.6. Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes.

8.17.7. Não será aplicado o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 na hipótese estabelecida no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

8.18. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

8.19. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

8.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas com a primeira colocada.

8.20.1. A negociação poderá ocorrer, entre outras hipóteses, quando a proposta do primeiro colocado não atender ao critério de aceitabilidade relacionado ao preço.

8.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.20.3. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo estimativo da contratação, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes, respeitada a ordem de classificação estabelecida.

8.20.4. Nas hipóteses de desclassificação do então arrematante, será verificada a ocorrência de nova situação de empate, assegurando a preferência de contratação para os beneficiários da Lei Complementar nº 123/2006, procedendo da seguinte forma:

a) convocação para a realização de sessão pública que será previamente agendada via chat de mensagens, até as 17h do dia anterior, e não terá início anterior às 10h do dia útil seguinte, na qual será concedido ao beneficiário mais bem classificado, oportunidade de exercer o seu direito de preferência, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, apresentando proposta de preço inferior à atual, ofertada por empresa que não esteja enquadrada como beneficiária. Tal proposta deverá ser apresentada no prazo e limites estabelecidos, diretamente no sistema eletrônico;

b) a apresentação de proposta após o prazo estipulado na sessão pública implicará na decadência do direito conferido pela Lei Complementar nº 123/2006, sendo convocadas as empresas remanescentes que porventura se enquadrem na mesma situação, respeitada a ordem de classificação das propostas, para o exercício do mesmo direito, observado o procedimento previsto na alínea anterior.

8.20.4.1. **Não será aplicado o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 na hipótese estabelecida no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.**

8.21. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que envie a proposta ajustada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares exigidos neste Edital e anexos.

8.21.1. Será garantido ao licitante o prazo mínimo de 2 (duas) horas entre a convocação e o cumprimento da obrigação.

8.21.2. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, por igual período, nas seguintes situações:

a) por solicitação do licitante no chat de mensagem, durante o transcurso do prazo concedido, mediante justificativa aceita pelo Agente de Contratação;

b) de ofício, a critério do Agente de Contratação, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

8.21.3. Quando da convocação para apresentação da proposta ajustada, o licitante deverá apresentá-la em conformidade com as regras dispostas no Termo de Referência.

8.21.3.1. A proposta ajustada deverá ser anexada por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

8.22. Juntamente com a proposta ajustada a empresa arrematante deverá apresentar:

a) Declaração de elaboração independente de proposta, conforme modelo constante no Anexo II;

b) Declaração de que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como beneficiário da Lei Complementar 123/2006, bem como demais declarações dispostas no modelo constante no Anexo III deste Edital. **(somente no caso de beneficiários da Lei Complementar 123/06).**

8.23. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 9. DA FASE DE JULGAMENTO

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, a legislação correlata e o subitem 4.2 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF, SUCAF e/ou CAGEF;
- b) Portal da transparência, no endereço eletrônico [www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br).

9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992;

9.2.1. A consulta referente ao sócio majoritário será realizada na fase de habilitação.

9.3. Verificadas as condições de participação, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e anexos, observado o disposto nos artigos 26 a 33 do Decreto Municipal nº 18.289/2023.

9.4. Será desclassificada a proposta que:

- 9.4.1. contiver vícios insanáveis;
- 9.4.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 9.4.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 9.4.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 9.4.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital e anexos, desde que insanável.

9.5. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que o licitante possa comprovar, eventualmente, a exequibilidade da proposta.

9.6. A análise da inexecuibilidade das propostas será feita nos termos do disposto nos arts. 30 a 32 do Decreto Municipal nº 18.289/2023, bem como na legislação cabível.

9.7. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra e/ou prospectos, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-lo(s) nas condições disciplinadas no referido documento, sob pena de desclassificação.

9.7.1. A convocação será feita pelo Agente de Contratação no “chat de mensagens” do item/grupo/lote arrematado.

9.7.2. O(s) resultado(s) da(s) avaliação(ções) será(ão) divulgado(s) no sistema eletrônico.

## **10. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

10.1. Os documentos de habilitação previstos no Termo de Referência serão exigidos apenas do licitante cuja proposta tenha sido aceita na fase de julgamento.

10.1.1. Para efeito do julgamento da habilitação, os documentos deverão comprovar a sua regularidade na data da abertura do certame, nos termos do art. 34 c/c § 6º-A do art. 37 do Decreto Municipal nº 18.289/2023, salvo na ocorrência do previsto no § 1º do art. 43 da LC nº 123/06.

10.1.2. Os documentos exigidos para fins de comprovação da habilitação poderão ser substituídos pelo registro cadastral no SICAF, SUCAF e/ou CAGEF.

10.2. Os documentos necessários para comprovar a habilitação exigidos no Termo de Referência, caso não estejam contemplados, disponíveis ou válidos no SICAF, SUCAF e/ou CAGEF deverão ser enviados em formato digital, por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), quando solicitados pelo Agente de Contratação.

10.2.1. Será garantido ao licitante o prazo mínimo de 2 (duas) horas entre a convocação e o cumprimento da obrigação.

10.2.1.1. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, por igual período, nas seguintes situações:

a) por solicitação do licitante no chat de mensagem, durante o transcurso do prazo concedido, mediante justificativa aceita pelo Agente de Contratação;

b) de ofício, a critério do Agente de Contratação, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

10.2.2. Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada, caso haja dúvida justificada, a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Agente de Contratação.

10.3. A verificação pelo Agente de Contratação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

10.4. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

10.4.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

10.4.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

10.5. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido aos beneficiários da LC 123/06, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício.



10.7. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital.

10.8. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.9. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista dos beneficiários da Lei Complementar nº 123/06, somente será exigida para a adjudicação, e não como condição para participação na licitação.

10.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da convocação, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.9.1.1. A prorrogação do prazo previsto acima deverá ser solicitada formalmente, via sistema eletrônico, dentro do prazo inicial de 05 (cinco) dias úteis concedidos para a regularização da documentação fiscal e trabalhista.

10.9.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na legislação, sendo facultado ao Agente de Contratação convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

10.9.3. **Não será aplicado o disposto nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006 na hipótese estabelecida no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.**

10.10. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.10.1. Na hipótese da Adjudicatária ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.11. Quando permitida a participação de empresas em consórcio, além das disposições legais, as empresas deverão se atentar para as regras de habilitação dispostas neste Edital, no item “Das Condições de Participação”.

10.12. Para fins de habilitação, os documentos que não possuírem prazo de validade deverão possuir data de emissão de no máximo 180 (cento e oitenta) dias, tendo como referência a data de abertura da proposta.

10.12.1. Não se enquadram no subitem acima os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade, inclusive quanto aos atestados de capacidade técnica.

10.13. Comprovada a regularidade da habilitação, o licitante será julgado habilitado.

## **11. DOS RECURSOS**

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. Após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema, durante o prazo de 30 (trinta) minutos, concedido na sessão pública, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

11.2.1. O julgamento para considerar a proposta aceita, bem como o licitante habilitado, será comunicado em sessão pública previamente agendada via chat de mensagens, até as 17h do dia anterior, e não terá início anterior às 10h do dia útil seguinte.

11.3. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação.

11.4. Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

11.5. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.6. Caso não seja possível incluir no campo específico do sistema eletrônico todas as informações e/ou documentos necessários para interpor as razões recursais ou contrarrazões, o licitante poderá solicitar “no chat de mensagens” o envio por e-mail das razões e documentos complementares.

11.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.8. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

## **12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

13.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. A prática de atos ilícitos sujeita o infrator à aplicação das seguintes sanções administrativas:

13.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.2.2. multas nos seguintes percentuais:

- a) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, recaindo o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente;

a.1. a multa moratória poderá ser aplicada mesmo nas hipóteses em que ocorrer a aceitação da prorrogação do prazo de entrega.

b) multa compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao licitante ou contratado que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, nos termos do art. 10 do Decreto Municipal nº 18.096/2022;

c) multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ao licitante ou contratado que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

d) multa compensatória de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato em razão do cometimento das infrações administrativas previstas no subitem 13.1.

13.2.2.1. As multas previstas acima serão fixadas considerando as atenuantes e agravantes presentes no caso concreto.

13.2.3. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do art. 3º do Decreto Municipal nº 18.096/2022, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do art. 3º do Decreto Municipal nº 18.096/2022, bem como nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo artigo, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista no subitem acima.

13.3. As penalidades de advertência e multa serão aplicadas pelo Diretor competente.

13.4. A penalidade de impedimento de licitar e contratar será aplicada pelo Subsecretário Municipal ou ocupante de cargo equivalente, nos demais órgãos e entidades da administração direta ou indireta.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário ou autoridade máxima da entidade, nos demais órgãos e entidades da administração direta ou indireta.

13.6. A notificada poderá apresentar defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será:

- a) o primeiro dia após a confirmação do recebimento da notificação por e-mail;
- b) o primeiro dia após a juntada ao processo do Aviso de Recebimento da correspondência em que a notificação foi enviada;
- c) o primeiro dia após o fim do prazo indicado no § 3º do art. 44 do Decreto Municipal nº 18.096/2022, quando a notificação for publicada no DOM.

13.7. No caso de aplicação das penalidades de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar será concedido prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de recurso a contar da publicação da decisão condenatória no DOM.

13.8. Da aplicação de sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data da publicação da decisão no DOM.

13.9. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.9.1. A multa moratória também poderá ser aplicada cumulativamente com as demais multas previstas.

13.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença poderá ser paga diretamente à administração, descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.

13.10.1. A multa inadimplida poderá, na forma do edital ou contrato, ser descontada de pagamento eventualmente devido pelo Contratante decorrente de outros contratos firmados com a administração municipal.

13.11. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

13.12. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.13. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

13.14. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 62 do Decreto municipal nº 18.096/2022.

13.16. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

## **14. DA FRAUDE E CORRUPÇÃO**

14.1. Nos procedimentos licitatórios e nas contratações realizados pelo Município de Belo Horizonte serão observadas as determinações que se seguem.

14.2. O Município exige que os licitantes/contratados, observem o mais alto padrão de ética durante a licitação e execução dos contratos. Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:

14.2.1. “prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário público no processo de licitação ou execução do Contrato;

14.2.2. “prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um contrato em detrimento do Contratante;

14.2.3. “prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento do Contratante, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o Contratante dos benefícios da competição livre e aberta;

14.2.4. “prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um contrato;

14.2.5. “prática obstrutiva” significa:

14.2.5.1. destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do Contratante ou outro Órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou

14.2.5.2. agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do Contratante ou outro Órgão de Controle de investigar e auditar.

14.3. O Município rejeitará a proposta e aplicará as sanções previstas na legislação vigente se julgar que o licitante, diretamente ou por um agente, envolveu-se em práticas corruptas, fraudulentas, conspiratórias ou coercitivas durante o procedimento licitatório.

14.4. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51 de 03 de julho de 2009, será denunciada à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis.



---

## **15. DA POLÍTICA E AVALIAÇÃO DE INTEGRIDADE**

15.1. Objetivando afirmar a aderência do Contratado aos padrões éticos e de integridade, exigidos pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte:

15.1.1. O Contratado se compromete a conhecer e observar as diretrizes da política de integridade adotada pela administração municipal, nos termos do Decreto nº 18.337/2023.

15.1.2. O Contratado se compromete a se orientar pelos princípios do Código de Ética do Agente Público Municipal e da Alta Administração, insertos no Decreto nº 14.635/2011; atentando-se para a aplicação das sanções previstas na Lei nº 12.846/2013.

15.1.3. O Contratado fica ciente de que é vedada a contratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes e empregados desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

15.1.4. O Contratado deverá assegurar que seus colaboradores, empregados, subcontratados e agentes estejam cientes e cumpram as referidas diretrizes durante a execução do contrato.

15.1.5. O descumprimento de quaisquer das diretrizes mencionadas poderá acarretar a aplicação de penalidades contratuais, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

## **16. DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS**

16.1. O Contratado obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

16.2. O Contratado obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

16.3. O Contratado deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

16.4. O Contratado não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

16.5. O Contratado não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

16.5.1 O Contratado obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.

16.6. O Contratado fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

16.6.1. Ao Contratado não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

16.6.1.1. O Contratado deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

16.7. O Contratado deverá notificar, imediatamente, o Contratante no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

16.7.1. A notificação não eximirá o Contratado das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

16.7.2. O Contratado que descumprir nos termos da Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigado a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

16.8. O Contratado fica obrigado a manter preposto para comunicação com o Contratante para os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.

16.9. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre o Contratado e o Contratante, bem como, entre o Contratado e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

16.10. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará o Contratado a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.

## **17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

17.1. Os horários estabelecidos neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

17.2. Poderá a Administração revogar a presente licitação, no todo ou em parte, por conveniência e oportunidade devidamente justificada, e deverá anulá-la por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados, sem que caiba ao licitante direito à indenização, salvo em caso de dano efetivo disso resultante e na forma da lei.

17.3. O licitante intimado para prestar qualquer esclarecimento adicional deverá fazê-lo no prazo determinado pelo Agente de Contratação, sob pena de desclassificação/inabilitação.

17.4. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.7. A tolerância do Município de Belo Horizonte com qualquer atraso ou inadimplência por parte do Contratado não importará de forma alguma em alteração ou novação.

17.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.9. As decisões referentes a este processo licitatório serão comunicadas aos licitantes via Sistema Eletrônico ou por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.

17.10. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Agente de Contratação ou pela autoridade a ele superior, em conformidade com a legislação aplicável.

17.11. A participação do licitante neste procedimento licitatório implica em aceitação de todos os termos deste Edital e Anexos.

17.12. O Licitante/Contratado/Fornecedor/Conveniado fica ciente de que ocorrerá a publicação dos dados pessoais como nome completo e CPF de seu sócio representante nos instrumentos jurídicos celebrados, que serão publicados em portal de transparência com acesso livre, para fins de cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

17.13. É facultado ao Agente de Contratação ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, nos termos da legislação aplicável.

17.13.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o caput, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

17.14. O Contratado fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

17.14.1. Para aditamento do quantitativo deverá ser observado o disposto no Decreto Municipal nº 13.757/2009 e suas alterações.

17.15. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.16. O Edital e seus Anexos estão disponíveis, na íntegra, nos sites [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), [www.pbh.gov.br](http://www.pbh.gov.br) e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

17.17. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Belo Horizonte.

17.18. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

17.19.1. ANEXO I - Termo de Referência;

17.19.2. ANEXO II - Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta;

17.19.3. ANEXO III – Modelo de Declaração de BENEFICIÁRIO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006;

17.19.4. ANEXO IV – Minuta de Contrato;



17.19.5. ANEXO V – Mapa de Risco.

....., ..... de ..... de 20....

**[ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE]**

**ANEXO I DO EDITAL**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**UNIDADE REQUISITANTE:** GERENCIA DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS E DE ENGENHARIA - GCOSE

**1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de peças para equipamentos odontológicos, nos termos da(s) tabela(s) abaixo e conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM: 1 A 54 - EXCLUSIVO PARA BENEFICIÁRIOS DA LC 123/06

ITEM	CÓDIGO GRP	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNID	QNTDE	MARCA/MODELO	PARTICIPAÇÃO
1	74833	ABRACADEIRA CUPILHA 5 X 13 MM PARA USO EM EQUIPAMENTO ODONTOLOGICO DABI ATLANTE	465459	UNID	30	N/A	EXCLUSIVO P/ BENEFICIÁRIOS LC 123 DE 2006 100%
2	75035	BORRACHA SUCTOR SALIVA PARA EQUIPAMENTO ODONTOLOGICO	416414	UNID	60	N/A	EXCLUSIVO P/ BENEFICIÁRIOS LC 123 DE 2006 100%
3	74837	CABECA CONTRA ANGULO, PARA UTILIZACAO EM CONTRA ANGULO DABI ATLANTE	407106	UNID	30	DABI ATLANTE	EXCLUSIVO P/ BENEFICIÁRIOS LC 123 DE 2006 100%
4	74882	CABECA MONTADA PARAFUSO, UTILIZADA EM CONTRA ANGULO KAVO, MOD. 2068 FGBN	407107	UND	30	DABI ATLANTE/ MOD. 2068 FGBN	EXCLUSIVO P/ BENEFICIÁRIOS LC 123 DE 2006 100%
5	75048	DRENO MANUAL PARA COMPRESSOR ¼" ODONTOLOGICO	473276	UNID	20	N/A	EXCLUSIVO P/ BENEFICIÁRIOS LC 123 DE 2006 100%
6	74843	EIXO DIANTEIRO CONTRA ANGULO,	392502	UNID	30		



		UTILIZADO EM CONTRA ÂNGULO DABI ATLANTE				DABI ATLANTE	EXCLUSIVO P/ BENEFICIÁRIOS LC 123 DE 2006 100%
7	74844	EIXO PINCA FG UTILIZADO EM CANETA DE ALTA ROTACAO DABI ATLANTE MRS 400	322468	UNID	30	DABI ATLANTE/ MRS 400	EXCLUSIVO P/ BENEFICIÁRIOS LC 123 DE 2006 100%
8	74898	EIXO PINCA FG, UTILIZADO EM CANETA DE ALTA ROTACAO KAVO, MOD. EXTRA TORQUE 605	467119	UNID	30	KAVO MOD. EXTRA TORQUE 605	EXCLUSIVO P/ BENEFICIÁRIOS LC 123 DE 2006 100%
9	74845	EIXO PRINCIPAL CONTRA ÂNGULO, UTILIZADO EM CONTRA ÂNGULO DABI ATLANTE	392502	UNID	30	DABI ATLANTE	EXCLUSIVO P/ BENEFICIÁRIOS LC 123 DE 2006 100%
10	100530	ESPIGAO EM LATAO, FIXO, MACHO, BITOLA DE 1/2 X 3/8 POLEGADA	482007	UNID	20	N/A	EXCLUSIVO P/ BENEFICIÁRIOS LC 123 DE 2006 100%
11	75017	ESPIGAO RF 401 MANGUEIRA ¼ ROSCA ¼ PARA EQUIPAMENTO ODONTOLOGICO	342078	UNID	80	N/A	EXCLUSIVO P/ BENEFICIÁRIOS LC 123 DE 2006 100%
12	82758	FILTRO DE AR, COM VALVULA REGULADORA, DUAS SAIDAS DE 1/2 POLEGADA, COM MANOMETRO, COPO TRANSPARENTE	601707	UND	40	N/A	EXCLUSIVO P/ BENEFICIÁRIOS LC 123 DE 2006 100%
13	74903	GARRAFA RESERVATORIO DE AGUA, CAPACIDADE DE 1000 ML, UTILIZADA EM EQUIPO KAVO MODELO CLINIK	413711	UNID	100	KAVO MODELO CLINIK	EXCLUSIVO P/ BENEFICIÁRIOS LC 123 DE 2006 100%
14	74905	JUNTA SPRAY, UTILIZADO EM CANETA DE ALTA ROTACAO KAVO, MOD. EXTRA TORQUE 605	467117	UNID	20	KAVO	EXCLUSIVO P/ BENEFICIÁRIOS LC 123 DE 2006 100%
15	75052	KIT JUNTAS PARA COMPRESSOR BRAVO ODONTOLOGICO CSL 15BR/150	352771	UNID	10	SCHULZ/BRAVO CSL 15BR/150	EXCLUSIVO P/ BENEFICIÁRIOS LC 123 DE 2006 100%
16	75053		467696	UNID	20		



		KIT VALVULA DE RETENCAO PARA COMPRESSOR BRAVO ODONTOLOGICO CSL 15BR/150				SCHULZ/BRAVO CSL 15BR/150	EXCLUSIVO P/ BENEFICIÁRIOS LC 123 DE 2006 100%
17	74822	MANGUEIRA DE BORRACHA PARA COMPRESSOR ODONTOLÓGICO /AR COMPRIMIDO TIPO PT 300PSI PRETA 1/4	473276	METRO	200	N/A	EXCLUSIVO P/ BENEFICIÁRIOS LC 123 DE 2006 100%
18	74829	MANGUEIRA DE POLIURETANO MEDINDO : DIAMETRO EXTERNO 6 MM E DIAMETRO INTERNO 4 MM PARA EQUIPAMENTO ODONTOLOGICO	467104	METRO	100	N/A	EXCLUSIVO P/ BENEFICIÁRIOS LC 123 DE 2006 100%
19	03595	MANGUEIRA EM BORRACHA REFORCADA, PARA ALTA PRESSAO, BITOLA DE 1/2 POLEGADA	352771	METRO	200	N/A	EXCLUSIVO P/ BENEFICIÁRIOS LC 123 DE 2006 100%
20	74828	MANGUEIRA LIZA DUPLA AR-AGUA CINZA PARA ULTRASSOM E PEDAL DE EQUIPO ODONTOLOGICO	425328	METRO	100	N/A	EXCLUSIVO P/ BENEFICIÁRIOS LC 123 DE 2006 100%
21	74823	MANGUEIRA PU LIZA TRIPLA CINZA FORMATO OBLATE PARA EQUIPO ODONTOLOGICO	416404	METRO	100	N/A	EXCLUSIVO P/ BENEFICIÁRIOS LC 123 DE 2006 100%
22	74824	MANGUEIRA PVC CINZA 10,2 X 7,0 MM PARA SUGADOR ODONTOLOGICO	413828	METRO	300	N/A	EXCLUSIVO P/ BENEFICIÁRIOS LC 123 DE 2006 100%
23	75062	OLEO PARA COMPRESSOR ODONTOLOGICO MS LUB SCHULZ, OLEO MINERAL	486604	LITRO	35	N/A	EXCLUSIVO P/ BENEFICIÁRIOS LC 123 DE 2006 100%
24	74913	PARAFUSO PARA FIXACAO CABECA DE CONTRA ANGULO, UTILIZADO EM CONTRA ANGULO KAVO FG	339815	UNID	50	KAVO/FG	EXCLUSIVO P/ BENEFICIÁRIOS LC 123 DE 2006 100%
25	104646		218261	UNID	20		

		PEÇA BOMBA VACUO SCHUSTER, VALVULA SOLENOIDE ENTRADA DE AGUA				SCHUSTER	EXCLUSIVO P/ BENEFICIÁRIOS LC 123 DE 2006 100%
26	104606	PEÇA CADEIRA ODONTO. OLSEN, MICRO INTERRUPTOR PARA REFLETOR E CUSPIDEIRA	425346	UNID	15	OLSEN	EXCLUSIVO P/ BENEFICIÁRIOS LC 123 DE 2006 100%
27	104631	PEÇA PARA EQUIPAMENTO ODONTOLÓGICO KAVO, INTERRUPTOR DO PEDAL CHAVE TÁCTIL 12X12X4,3 MM, QUATRO TERMINAIS	601463	UNID	60	N/A	EXCLUSIVO P/ BENEFICIÁRIOS LC 123 DE 2006 100%
28	65528	PEÇA PARA APARELHO DE PROFILAXIA DABI ATLANTE - FILTRO DE AR	467696	PEÇA	25	DABI ATLANTE	EXCLUSIVO P/ BENEFICIÁRIOS LC 123 DE 2006 100%
29	65520	PEÇA PARA APARELHO DE PROFILAXIA DABI ATLANTE - TRANSDUTOR PROFI II CERAMIC	456959	PEÇA	40	DABI ATLANTE TRANSDUTOR PROFI II CERAMIC	EXCLUSIVO P/ BENEFICIÁRIOS LC 123 DE 2006 100%
30	104628	PEÇA PARA APARELHO DE PROFILAXIA SAEVO SONIC DUO, PLACA ELETRÔNICA PAINEL	428063	UNID	8	SAEVO/SONIC DUO	EXCLUSIVO P/ BENEFICIÁRIOS LC 123 DE 2006 100%
31	104644	PEÇA PARA AUTOCLAVE CRISTÓFOLI - NOVA VT, SENSOR DE TEMPERATURA	467119	UNID	4	CRISTOFOLI/NOVA VT	EXCLUSIVO P/ BENEFICIÁRIOS LC 123 DE 2006 100%
32	65748	PEÇA PARA BOMBA A VACUO - VALVULA SOLENOIDE DE ENTRADA DE AGUA CICLONE DABI	218261	PEÇA	20	DABI ATLANTE	EXCLUSIVO P/ BENEFICIÁRIOS LC 123 DE 2006 100%
33	104629	PEÇA PARA CADEIRA ODONTOLÓGICA OLSEN, MICROINTERRUPTOR PARA PEDAL ELÉTRICO	422344	UNID	50	OLSEN	EXCLUSIVO P/ BENEFICIÁRIOS LC 123 DE 2006 100%
34	104607	PEÇA PARA CADEIRA ODONTOL. OLSEN, RALO PARA CUSPIDEIRA	376226	UNID	35	OLSEN	EXCLUSIVO P/ BENEFICIÁRIOS LC 123 DE 2006 100%
35	104705	PEÇA PARA COMPRESSOR DE AR	468719	UNID	10	SCHULZ/BRAVO	

		SCHULZ BRAVO 20 PES, CORREIA A 63					EXCLUSIVO P/ BENEFICIÁRIOS LC 123 DE 2006 100%
36	84495	PECA PARA EQUIPAMENTO ODONTOLOGICO OLSEN, PEDAL DE ACIONAMENTO ELETRICO DE CADEIRA	419914	UNID	60	OLSEN	EXCLUSIVO P/ BENEFICIÁRIOS LC 123 DE 2006 100%
37	84494	PECA PARA EQUIPAMENTO ODONTOLOGICO OLSEN, PROTETOR DO REFLETOR	413708	UNID	30	OLSEN	EXCLUSIVO P/ BENEFICIÁRIOS LC 123 DE 2006 100%
38	84493	PECA PARA INSTRUMENTOS DE MAO MIDWEST, SUPORTE PARA PONTAS	364109	UNID	150	OLSEN/MIDWEST	EXCLUSIVO P/ BENEFICIÁRIOS LC 123 DE 2006 100%
39	84522	PECA PARA PECAS DE MAO - TAMPA DO CONTRA ANGULO GNATUS MODELO SL30 PB	385070	PEÇA	30	GNATUS/SL30PB	EXCLUSIVO P/ BENEFICIÁRIOS LC 123 DE 2006 100%
40	74971	PEDAL PARA EQUIPO, UTILIZADO EM EQUIPO ODONTOLOGICO GNATUS, MOD. POP STAR / ARTUS	419913	UNID	30	GNATUS/STAR/ARTUS	EXCLUSIVO P/ BENEFICIÁRIOS LC 123 DE 2006 100%
41	74854	PINO ELASTICO 4.4 X 1.0 X 0.8 MM, UTILIZADO EM CONTRA ANGULO DABI ATLANTE	339816	UNID	35	DABI ATLANTE	EXCLUSIVO P/ BENEFICIÁRIOS LC 123 DE 2006 100%
42	75055	PRESSOSTATO AUTOMATICO PARA COMPRESSOR ODONTOLOGICO PRESSAO MINIMA 80 LIBRAS E MAXIMA DE 120 LIBRAS	467696	UNID	10	N/A	EXCLUSIVO P/ BENEFICIÁRIOS LC 123 DE 2006 100%
43	74861	ROTOR COMPLETO FG UTILIZADO EM CANETA DE ALTA ROTACAO DABI ATLANTE MOD. MRS 400	392503	UNID	30	DABI ATLANTE/ MRS 400	EXCLUSIVO P/ BENEFICIÁRIOS LC 123 DE 2006 100%
44	74923	ROTOR COMPLETO FG, UTILIZADO EM CANETA DE ALTA ROTACAO KAVO, MOD. EXTRA TORQUE 605	392503	UNID	40	KAVO/EXTRA TORQUE 605	EXCLUSIVO P/ BENEFICIÁRIOS LC 123 DE 2006 100%

45	74924	SERINGA TRIPLICE, UTILIZADA EM EQUIPO KAVO MODELO CLINIK	478535	UNID	30	KAVO	EXCLUSIVO P/ BENEFICIÁRIOS LC 123 DE 2006 100%
46	74977	SERINGA TRIPLICE, UTILIZADA EM EQUIPO ODONTOLOGICO GNATUS, MOD. POP STAR / ARTUS	418217	UNID	60	GNATUS/STAR/ART US	EXCLUSIVO P/ BENEFICIÁRIOS LC 123 DE 2006 100%
47	74982	TAMPA DO RESERVATORIO DE BICARBONATO, UTILIZADA EM APARELHO DE PROFILAXIA GNATUS, MOD. JETSONIC PLUS	352771	UNID	100	GNATUS/ JETSONIC PLUS	EXCLUSIVO P/ BENEFICIÁRIOS LC 123 DE 2006 100%
48	74983	TERMINAL ALTA ROTACAO UTILIZADO EM EQUIPO ODONTOLOGICO GNATUS, MOD. POP STAR / ARTUS	437552	UNID	90	GNATUS/STAR/ART US	EXCLUSIVO P/ BENEFICIÁRIOS LC 123 DE 2006 100%
49	74869	TERMINAL SUCTOR SALIVA CINZA COM REGISTRO PARA USO EM EQUIPAMENTO KIT SUCCAO DA BOMBA A VACUO ODONTOLOGICA DABI ATLANTE	467141	UNID	40	DABI ATLANTE	EXCLUSIVO P/ BENEFICIÁRIOS LC 123 DE 2006 100%
50	74870	TRAVA BROCA UTILIZADO EM CONTRA ANGULO DABI ATLANTE	339815	UNID	30	DABI ATLANTE	EXCLUSIVO P/ BENEFICIÁRIOS LC 123 DE 2006 100%
51	74960	VALVULA SOLENOIDE COMPLETA 24V PARA BOMBA A VACUO GNATUS	467039	UNID	30	N/A	EXCLUSIVO P/ BENEFICIÁRIOS LC 123 DE 2006 100%
52	91487	PECA PARA EQUIPAMENTO ODONTOLOGICO CONTRA ANGULO DENTEMED MAGNUS, ROTOR	392503	PEÇA	50	DENTEMED	EXCLUSIVO P/ BENEFICIÁRIOS LC 123 DE 2006 100%
53	91489	PECA PARA EQUIPAMENTO ODONTOLOGICO CONTRA ANGULO DENTEMED MAGNUS, TAMPA FRONTAL	470995	PEÇA	25	DENTEMED	EXCLUSIVO P/ BENEFICIÁRIOS LC 123 DE 2006 100%
54	91490	PECA PARA EQUIPAMENTO	611626	PEÇA	45		



	ODONTOLOGICO DENTEMED MAGNUS, ACOPLAMENTO MICRO MOTOR				DENTEMED	EXCLUSIVO P/ BENEFICIÁRIOS LC 123 DE 2006 100%
--	--	--	--	--	----------	--

(\*) O descritivo que prevalecerá é somente aquele informado na ESPECIFICAÇÃO DO CÓDIGO GRP.

(\*\*) A justificativa para exigência de marca e modelo encontra-se no item 4.1 deste Termo de Referência.

1.2. O(s) produto(s) objeto desta contratação será(ão) licitado(s) por item.

1.3. O(s) produto(s) objeto desta contratação não se enquadra(m) como sendo produto(s) de luxo, conforme Decreto Municipal nº 17.726/2021.

1.4. O(s) produto(s) objeto desta contratação é(são) caracterizado(s) como comum(ns), pois apresenta(m) padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.5. O(s) produto(s) a ser(em) adquirido(s) foi(ram) parcelado(s), na forma do art.40, inciso V, alínea “b” da Lei nº 14.133/2021, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

#### **1.6. Da Contratação:**

1.6.1. A contratação do objeto licitado será efetivada mediante formalização de contrato, nos termos da minuta que será parte integrante do Edital.

1.6.1.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) recebimento da assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.6.2. Para a retirada da Nota de Empenho ou assinatura do Contrato, a Adjudicatária deverá estar devidamente cadastrada no Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte – SUCAF e comprovar a manutenção das condições de regularidade demonstradas para habilitação.

1.6.2.1. Se a Adjudicatária não for cadastrada no SUCAF, ou se houver pendências no cadastro, a empresa deverá requerer o seu cadastro ou a sua regularização e informar o

número do protocolo para a Gerência de Licitações e Contratações - GLICC no prazo máximo de até 2 (dois) dias úteis contados a partir da convocação do Órgão.

1.6.2.1.1. O documento constando o número do protocolo deverá ser encaminhado para o seguinte e-mail: [contratos.smsa@pbh.gov.br](mailto:contratos.smsa@pbh.gov.br).

1.6.2.2. O procedimento e a documentação necessária para cadastro ou regularização no SUCAF estão disponíveis no endereço eletrônico <https://prefeitura.pbh.gov.br/transparencia/sucaf>.

1.6.2.3. O cadastro regular deverá ser apresentado no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados a partir da convocação citada no subitem 1.6.2.1, podendo ser prorrogado mediante solicitação da Adjudicatária, devidamente justificada.

1.6.2.4. Na hipótese de a Adjudicatária não apresentar o cadastro do SUCAF no prazo previsto no subitem anterior, poderá a administração restaurar a sessão pública e convocar os licitantes remanescentes, segundo a ordem classificatória, para negociação.

1.6.3. A Adjudicatária deverá assinar o contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias contados da respectiva convocação.

1.6.3.1. O prazo estipulado poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

1.6.3.2. A recusa em formalizar o ajuste, no prazo estabelecido no subitem 1.6.3, sem justificativa por escrito e aceita pela autoridade competente, bem como a não manutenção de todas as condições exigidas na habilitação, sujeitará a licitante vencedora às penalidades cabíveis.

1.6.4. O contrato/instrumento hábil, se necessário, será reajustado mediante iniciativa do Contratado.

1.6.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da Contratação e reajuste de preços.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO:**

3.1. A descrição da solução para o problema como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **4.1. Da indicação de marca(s) ou modelo(s):**

4.1.1. Na presente contratação será exigida a indicação de marca, característica e/ou modelo, conforme disposto na alínea “b” do inciso I do art. 41 da Lei nº 14.133/2021, considerando a necessidade de compatibilidade técnica, funcional e dimensional com os equipamentos odontológicos já existentes e em utilização na rede, visando garantir a adequada manutenção corretiva e preventiva, a segurança operacional, o perfeito funcionamento dos equipamentos, bem como evitar danos decorrentes da utilização de peças incompatíveis.

A exigência aplica-se, especialmente, aos itens destinados à manutenção corretiva e preventiva de equipamentos odontológicos cujos componentes possuam características técnicas específicas, integração mecânica, pneumática, elétrica ou eletrônica própria, ou dependam de encaixe e funcionamento compatíveis com determinados fabricantes e modelos, de modo a garantir a segurança operacional, o adequado desempenho dos equipamentos, a durabilidade dos componentes para manter a continuidade dos atendimentos assistenciais.

Nessas hipóteses, não se mostra tecnicamente viável a utilização de componentes genéricos incompatíveis, sob pena de ocasionar falhas de funcionamento, danos aos equipamentos, perda de desempenho, comprometimento da vida útil dos aparelhos e prejuízo à prestação dos serviços de saúde.

Portanto, para os equipamentos das marcas **Dabi Atlante, Kavo, Gnatus, Olsen, Schuster, Cristófoli, Saevo, Schulz e Dentemed Magnus**, correspondentes aos códigos GRP: **65520, 65528, 65748, 74837, 74843, 74844, 74845, 74854, 74861, 74869, 74870, 74882, 74898, 74903, 74905, 74913, 74923, 74924, 74971, 74977, 74982, 74983, 75052, 75053, 75055, 84493, 84494, 84495, 84522, 91487, 91489, 91490, 104606, 104607, 104628, 104644 e 104646**, os componentes fornecidos deverão ser obrigatoriamente da mesma marca e modelo especificados no quadro do item 1.1 deste Termo de Referência.

Por outro lado, para os itens classificados como componentes padronizados de mercado, de ampla disponibilidade comercial e **sem necessidade de compatibilidade exclusiva com fabricante ou modelo específico**, não será exigida marca determinada, sendo suficiente o atendimento integral às especificações técnicas, dimensionais e de desempenho previstas neste instrumento, desde que atendam às características técnicas exigidas para sua adequada utilização nos equipamentos da rede.

Enquadram-se nessa condição, os itens correspondentes aos códigos GRP: **3595, 74822, 74823, 74824, 74828, 74829, 74833, 74960, 75017, 75035, 75048, 75062, 82758, 100530, 104631, 104629 e 104705**, conforme especificado no quadro do item 1.1 deste Termo de Referência com a indicação 'N/A' (Não se aplica).

#### **4.2. Da exigência de prospectos/manuais**

4.2.1. Juntamente com a proposta de preços ajustada, o licitante arrematante deverá entregar Manual, Prospecto Técnico Ilustrativo e/ou Catálogo dos produtos contendo a(s) especificação(ções) técnica(s) para análise e conferência com a(s) especificação(ções) do(s) produtos licitados.

4.2.2. Será desclassificada a proposta cujo manual, prospecto e catálogo estejam em desacordo com a(s) especificação(ções) técnica(s).



### **4.3. Subcontratação**

4.3.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo Contratante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade do Contratado.

### **4.4. Da participação de consórcios:**

4.4.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade do(s) produto(s) a ser(em) adquirido(s), considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer o(s) produto(s) de forma independente. É importante salientar que, a participação de consórcio não garante e/ou amplia a competitividade, podendo até restringir a concorrência, pois as empresas consorciadas deixariam de competir entre si, podendo levar a Administração a não selecionar a proposta mais vantajosa. Entendemos também ser conveniente a vedação de participação de empresas em “consórcio” no certame em tela, tendo em vista que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste Termo de Referência.

### **4.5. Garantia Contratual**

4.5.1. Não haverá exigência da garantia contratual prevista no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista tratar-se de aquisição de peças e componentes para manutenção de equipamentos odontológicos, de baixa complexidade operacional, com fornecimento conforme estabelecido em cronograma e sem dedicação exclusiva de mão de obra, não se verificando risco significativo de inadimplemento contratual que justifique a exigência de garantia, bem como visando ampliar a competitividade do certame e evitar custos adicionais desnecessários aos licitantes.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **5.1. Forma de fornecimento**

5.1.1. O fornecimento do(s) produto(s) será parcelado.

## 5.2. Condições de Entrega

5.2.1. O prazo máximo de entrega do(s) bem(ns)/produto(s), contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pelo Fornecedor, deverá seguir o(s) seguinte(s) quantitativo(s) e prazo(s):

Tabela de parcelamento dos itens						
ITEM	CÓDIGO GRP	DESCRIÇÃO	QTDE TOTAL	RECEBIMENTO PARCELADO / QTDE		
				30 DIAS	60 DIAS	90 DIAS
1	74833	ABRACADEIRA CUPILHA 5 X 13 MM PARA USO EM EQUIPAMENTO ODONTOLOGICO DABI ATLANTE	30	10	10	10
2	75035	BORRACHA SUCTOR SALIVA PARA EQUIPAMENTO ODONTOLOGICO	60	20	20	20
3	74837	CABECA CONTRA ANGULO, PARA UTILIZACAO EM CONTRA ANGULO DABI ATLANTE.	30	10	10	10
4	74882	CABECA MONTADA PARAFUSO, UTILIZADA EM CONTRA ANGULO KAVO, MOD. 2068 FGBN	30	10	10	10
5	75048	DRENO MANUAL PARA COMPRESSOR ODONOTOLÓGICO	20	7	7	6
6	74843	EIXO DIANTEIRO CONTRA ANGULO, UTILIZADO EM CONTRA ANGULO DABI ATLANTE	30	10	10	10
7	74844	EIXO PINÇA FG UTILIZADO EM CANETA DE ALTA ROTACAO DABI ATLANTE MRS 400	30	10	10	10
8	74898	EIXO PINÇA FG, UTILIZADO EM CANETA DE ALTA ROTACAO KAVO, MOD. EXTRA TORQUE 605	30	10	10	10
9	74845	EIXO PRINCIPAL CONTRA ANGULO, UTILIZADO EM CONTRA ANGULO DABI ATLANTE	30	10	10	10
10	100530	ESPIGAO EM LATAO, FIXO, MACHO, BITOLA DE 1/2 X 3/8 POLEGADA	20	7	7	6
11	75017	ESPIGAO RF 401 MANGUEIRA ¼ ROSCA ¼ PARA EQUIPAMENTO ODONTOLOGICO	80	30	30	20
12	82758	FILTRO DE AR, COM VALVULA REGULADORA, DUAS SAIDAS DE 1/2 POLEGADA, COM MANOMETRO, COPO TRANSPARENTE	40	15	15	10

13	74903	GARRAFA RESERVATORIO DE AGUA, CAPACIDADE DE 1000 ML, UTILIZADA EM EQUIPO KAVO MODELO CLINIK	100	40	30	30
14	74905	JUNTA SPRAY, UTILIZADO EM CANETA DE ALTA ROTACAO KAVO, MOD. EXTRA TORQUE 605	20	7	7	6
15	75052	KIT JUNTAS PARA COMPRESSOR BRAVO ODONTOLOGICO CSL 15BR/150	10	4	4	2
16	75053	KIT VALVULA DE RETENCAO PARA COMPRESSOR BRAVO ODONTOLOGICO CSL 15BR/150	20	7	7	6
17	74822	MANGUEIRA BORRACHA PARA COMPRESSOR ODONTOLOGICO /AR COMPRIMIDO TIPO PT 300PSI PRETA 1/4	200	70	70	60
18	74829	MANGUEIRA DE POLIURETANO MEDINDO : DIAMETRO EXTERNO 6 MM E DIAMETRO INTERNO 4 MM PARA EQUIPAMENTO OD	100	40	40	20
19	3595	MANGUEIRA EM BORRACHA REFORCADA, PARA ALTA PRESSAO, BITOLA DE 1/2 POLEGADA	200	70	70	60
20	74828	MANGUEIRA LIZA DUPLA AR-AGUA CINZA PARA ULTRASSOM E PEDAL DE EQUIPO ODONTOLOGICO	100	40	40	20
21	74823	MANGUEIRA PU LIZA TRIPLA CINZA FORMATO OBLATE PARA EQUIPO ODONTOLOGICO	100	40	40	20
22	74824	MANGUEIRA PVC CINZA 10,2 X 7,0 MM PARA SUGADOR ODONTOLOGICO	300	100	100	100
23	75062	OLEO PARA COMPRESSOR ODONTOLOGICO MS LUB SCHULZ, OLEO MINERAL	35	15	10	10
24	74913	PARAFUSO PARA FIXACAO CABECA DE CONTRA ANGULO, UTILIZADO EM CONTRA ANGULO KAVO FG	50	20	15	15
25	104646	PECA BOMBA VACUO SCHUSTER, VALVULA SOLENOIDE ENTRADA DE AGUA	20	7	7	4
26	104606	PECA CADEIRA ODONTOL. OLSEN, MICRO INTERRUPTOR (REFLETOR)	15	5	5	5
27	104631	PECA EQUIPAM. ODONTOL. KAVO, INTERRUPTOR PEDAL CHAVE TACTIL	60	20	20	20
28	65528	PECA PARA APARELHO DE PROFILAXIA DABI ATLANTE - FILTRO DE AR	25			
29	65520	PECA PARA APARELHO DE PROFILAXIA DABI ATLANTE - TRANSDUTOR PROFI II CERAMIC	40	15	15	10
30	104628	PECA PARA APARELHO PROFILAXIA SAEVO, PLACA ELETRONICA	8	3	3	2
31	104644	PECA PARA AUTOCLAVE CRISTOFOLI, SENSOR DE TEMPERATURA	4	2	1	1

32	65748	PECA PARA BOMBA A VACUO - VALVULA SOLENOIDE DE ENTRADA DE AGUA CICLONE DABI	20	7	7	6
33	104629	PECA PARA CADEIRA ODONTOL. OLSEN, MICROINTERRUPTOR PEDAL	50	20	15	15
34	104607	PECA PARA CADEIRA ODONTOL. OLSEN, RALO PARA CUSPIDEIRA	35	15	10	10
35	104705	PECA PARA COMPRESSOR DE AR SCHULZ BRAVO 20 PES, CORREIA A 63	10	4	3	3
36	84495	PECA PARA EQUIPAMENTO ODONTOLOGICO OLSEN, PEDAL DE ACIONAMENTO ELETRICO DE CADEIRA	60	20	20	20
37	84494	PECA PARA EQUIPAMENTO ODONTOLOGICO OLSEN, PROTETOR DO REFLETOR	30	10	10	10
38	84493	PECA PARA INSTRUMENTOS DE MAO MIDWEST, SUPORTE PARA PONTAS	150	50	50	50
39	84522	PECA PARA PECAS DE MAO - TAMPA DO CONTRA ANGULO GNATUS MODELO SL30 PB	30	10	10	10
40	74971	PEDAL PARA EQUIPO, UTILIZADO EM EQUIPO ODONTOLOGICO GNATUS, MOD. POP STAR / ARTUS	30	10	10	10
41	74854	PINO ELASTICO 4.4 X 1.0 X 0.8 MM, UTILIZADO EM CONTRA ANGULO DABI ATLANTE.	35	15	10	10
42	75055	PRESSOSTATO AUTOMATICO PARA COMPRESSOR ODONTOLOGICO PRESSAO MINIMA 80 LIBRAS E MAXIMA DE 120 LIBRAS	10	4	3	3
43	74861	ROTOR COMPLETO FG UTILIZADO EM CANETA DE ALTA ROTACAO DABI ATLANTE MOD. MRS 400	30	10	10	10
44	74923	ROTOR COMPLETO FG, UTILIZADO EM CANETA DE ALTA ROTACAO KAVO, MOD. EXTRA TORQUE 605	40	15	15	10
45	74924	SERINGA TRIPLICE, UTILIZADA EM EQUIPO KAVO MODELO CLINIK	30	10	10	10
46	74977	SERINGA TRIPLICE, UTILIZADA EM EQUIPO ODONTOLOGICO GNATUS, MOD. POP STAR / ARTUS	60	20	20	20
47	74982	TAMPA DO RESERVATORIO DE BICARBONATO, UTILIZADA EM APARELHO DE PROFILAXIA GNATUS, MOD. JETSONIC PLUS	100	40	30	30
48	74983	TERMINAL ALTA ROTACAO UTILIZADO EM EQUIPO ODONTOLOGICO GNATUS, MOD. POP STAR / ARTUS	90	30	30	30
49	74869	TERMINAL SUCTOR SALIVA CINZA COM REGISTRO PARA USO EM EQUIPAMENTO KIT SUCCAO DA BOMBA A VACUO ODONTO	40	15	15	10
50	74870	TRAVA BROCA UTILIZADO EM CONTRA ANGULO DABI ATLANTE.	30	10	10	10



51	74960	VALVULA SOLENOIDE COMPLETA 24V PARA BOMBA A VACUO GNATUS	30	10	10	10
52	91487	PECA PARA EQUIPAMENTO ODONTOLOGICO CONTRA ANGULO DENTEMED MAGNUS, ROTOR	50	20	15	15
53	91489	PECA PARA EQUIPAMENTO ODONTOLOGICO CONTRA ANGULO DENTEMED MAGNUS, TAMPA FRONTAL	25	10	8	7
54	91490	PECA PARA EQUIPAMENTO ODONTOLOGICO DENTEMED MAGNUS, ACOPLAMENTO MICRO MOTOR	45	15	15	15

5.2.2. O prazo estipulado poderá ser prorrogado, quando solicitado durante seu transcurso, desde que haja motivo justificado, devidamente aceito pela Administração.

5.2.2.1. A aceitação da prorrogação do prazo de entrega pela área demandante, por solicitação do fornecedor, realizada antes de finalizado o prazo de entrega, não implicará a impossibilidade de aplicação de eventual penalidade pela mora do Contratado.

5.2.3. O(s) produto(s) deverá(ão) ser entregue(s) no(s) seguinte(s) endereço(s):

Gerência de Contratação de Serviços Gerais e Engenharia – GCOSE da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Rua Maria Pietra Machado nº 100, bairro São Paulo – CEP: 31910-070, Belo Horizonte/MG, no horário de 09:00 horas até 16:00 horas, em dias úteis, de segunda a sexta-feira.

5.2.3.1. Durante a execução do fornecimento, o(s) local(is) de entrega poderá(ão) sofrer modificação(ões), a critério da Administração Pública, dentro da Região Metropolitana de Belo Horizonte, conforme descrito na Nota de Empenho ou outro instrumento hábil.

5.2.4. O(s) produto(s) deverá(ão) ser descarregado(s) e entregue(s) no interior do(s) local(is) designado(s) para a entrega.

5.2.4.1. O(s) produto(s) deverá(ão) ser entregue(s) em sua(s) embalagem(ns) original(is) e individual(is), dentro da mais perfeita integridade, ou seja, sem avarias e/ou danos no manuseio.

5.2.4.2. O(s) produto(s) deverá(ão) ser entregue(s) em embalagem(ns) adequada(s) à natureza do(s) mesmo(s), ou seja, que resista(m) ao peso, à forma e às condições de transporte, garantindo que seja(m) entregue(s) em perfeito estado de conservação e limpeza. O(s) produto(s) danificado(s) não será(ão) recebido(s).

### **5.3. Garantia**

5.3.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **6. GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 18.324/2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, na forma do Decreto Municipal nº 18.324/2023 e do artigo 117 da Lei nº 14.133/2021.

## **7. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO/MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **7.1. Recebimento do(s) produto(s):**

7.1.1. O(s) produto(s) será(ão) recebido(s) provisoriamente, de forma sumária, juntamente com a nota fiscal (ou instrumento de cobrança equivalente) e a nota de empenho, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.1.2. O(s) produto(s) poderá(ão) ser rejeitado(s), no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação do Contratante, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da especificação, qualidade e quantidade do(s) produto(s) e consequente aceitação mediante recibo apostado na Nota Fiscal respectiva e termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

7.1.3.1. O prazo para o recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à especificação, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.5. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela

Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **7.2. Liquidação**

7.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente na unidade responsável pela liquidação, correrá o prazo de até 10 (dez) dias para fins de liquidação, podendo ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.2.2.1. o prazo de validade;
- 7.2.2.2. a data da emissão;
- 7.2.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.2.2.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.2.2.5. o valor a pagar; e
- 7.2.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.2.6.1. O Contratado deverá emitir a Nota Fiscal/Fatura conforme legislação vigente, observando:

a) A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal ou equivalente considerando os percentuais estabelecidos no ANEXO I da IN RFB Nº 1234 de 2012 de acordo com o artigo 1º, §1º do Decreto Municipal 18.272/23 e Portaria SMFA nº 11/2023 c/c §5º, artigo 2º da IN RFB Nº 1234.

b) As empresas optantes pelo Simples Nacional ou que se enquadrem em alguma hipótese de isenção ou não incidência DEVERÃO informar essa



condição expressamente nos documentos fiscais, de acordo com o artigo 1º, §3º do Decreto Municipal 18.272/23 c/c artigo 4º da IN RFB Nº 1234.

7.2.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.2.4. A Administração deverá realizar consulta ao SUCAF e/ou SICAF e/ou CAGEF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

7.2.4.1. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente poderá ser acompanhado de documentação para comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, caso esteja irregular.

7.2.4.2. Constatando-se a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.2.4.3. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.2.4.4. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SUCAF e/ou SICAF e/ou CAGEF.

### **7.3. Prazo de pagamento**

7.3.1. O pagamento será efetuado em até 20 (vinte) dias contados da finalização da liquidação da despesa, pela Gerência de Orçamento e Finanças da Secretaria Municipal de Saúde.

7.3.2. Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar a marca, modelo (se houver) e o quantitativo efetivamente entregue.

#### **7.4. Forma de pagamento**

7.4.1. O pagamento será processado com a emissão de ordem de pagamento física ou eletrônica, ou ainda por transferência eletrônica via sistema de internet banking, com assinaturas legais físicas ou eletrônicas dos titulares das contas bancárias.

### **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

#### **8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

#### **8.2. Exigências de habilitação**

Para fins de habilitação, o licitante deverá encaminhar os documentos relacionados abaixo, os quais deverão comprovar sua regularidade na data da abertura do certame, nos termos do art. 34 c/c § 6º-A do art. 37 do Decreto Municipal nº 18.289/2023, salvo na ocorrência do previsto no § 1º do art. 43 da LC nº 123/06.

##### **8.2.1. Habilitação jurídica**

8.2.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.2.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.2.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.2.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.2.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

Observação: Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## **8.2.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.2.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.2.2.3. Prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual/distrital e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.2.2.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

8.2.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.2.2.6. Declaração expressa de que o licitante não emprega trabalhador menor nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República.

8.2.2.7. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Observação: Os documentos referidos acima poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

### **8.2.3. Qualificação Econômico-Financeira**

8.2.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

8.2.3.1.1. Na hipótese em que a certidão for positiva, caso a empresa se encontre em recuperação judicial ou extrajudicial, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento, pelo juízo competente, do plano de recuperação em vigor.

**JUSTIFICATIVA:** O objeto dessa licitação será contratação de baixo valor, como se vê, e as obrigações futuras são de baixa complexidade entre a administração e o contratado. Sendo assim, a apresentação do balanço comercial está dispensada. Porém, será solicitado a apresentação da

certidão de falência e concordata a fim de verificar se não há pedido de falência, situação que poderia frustrar a efetivação da contratação.

#### **8.2.4. Qualificação Técnica**

8.2.4.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de produto(s) similar(es) com o(s) item(ns) arrematado(s), por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.2.4.1.1. Os atestados ou certidões de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.2.4.1.2. Os atestados ou certidões deverão estar emitidos em papel timbrado do(s) Órgão(s) ou da(s) Empresa(s) que o expediram, ou deverão conter carimbo do CNPJ do(s) mesmo(s) ou outra informação que permita a devida identificação do emitente.

8.2.4.1.3. Não serão aceitos atestados ou certidões de capacidade técnica emitidos pelo próprio licitante.

**8.2.5. Não será exigida a apresentação de declarações que já tenham sido prestadas via sistema.**

**JUSTIFICATIVA:** O atestado de capacidade técnica é destinado à comprovação de aptidão do licitante, para desempenho da atividade pertinente e compatível com o objeto licitado. A exigência de apresentação de atestados para fins de qualificação técnica em licitação, prevista no art. 18, IX da Lei 14.133/2021, tem como finalidade verificar se o licitante possui condições técnicas necessárias e suficientes para, em se sagrando vencedor do certame, cumprir o objeto de forma satisfatória.

#### **8.3. Dos critérios de aceitabilidade da proposta ajustada**

8.3.1. Após a convocação pelo Agente de Contratação, o arrematante deverá apresentar Proposta Ajustada, conforme modelo constante no Anexo I.

8.3.2. A proposta de preços ajustada deverá conter:

8.3.2.1. Razão social, n.º do CNPJ, endereço, telefone e endereço eletrônico do licitante;

8.3.2.2. Modalidade e número da licitação;

8.3.2.3. Especificação do objeto licitado, sendo obrigatório constar a marca e modelo;

8.3.2.4. Valor global do item, discriminando o valor unitário e total;

8.3.2.4.1. O(s) valor(es) unitário(s) e total(is) deve(m) ser apresentado(s) em moeda corrente nacional e em algarismo com no máximo 02 (duas) casas decimais.

8.3.2.4.2. o valor global deve ser apresentado em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, com no máximo 02 (duas) casas decimais.

8.3.2.5. Declaração de validade da proposta de 90 (noventa) dias, contados da assinatura.

## **9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES**

### **9.1. Das obrigações do Contratado**

9.1.1. Cumprir todas as obrigações constantes deste TR e em seus anexos, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

9.1.2. Entregar o(s) produto(s) de acordo com a(s) especificação(ções) constante(s) no subitem 1.1. deste Termo de Referência;

9.1.3. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pelo Contratante, quanto à execução do fornecimento;

9.1.4. Garantir a boa qualidade do(s) produto(s) entregue(s);

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.9. O CONTRATADO obriga-se a manter um endereço de e-mail válido e atualizado junto ao CONTRATANTE, para o recebimento de comunicações oficiais, incluindo as notas de empenho.

9.1.9.1 Qualquer alteração no endereço eletrônico deverá ser comunicada formalmente pelo CONTRATADO ao CONTRATANTE através do e-mail: [contratos.smsa@pbh.gov.br](mailto:contratos.smsa@pbh.gov.br).

9.1.9.2 A falha na manutenção de endereço de e-mail válido que resulte no não recebimento de qualquer comunicação, será de inteira responsabilidade do CONTRATADO, não podendo ser invocada como motivo para descumprimento de prazos ou obrigações.

9.1.10. Confirmar o recebimento da(s) Nota(s) de Empenho encaminhadas por e-mail ou outro meio eficaz, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis;

9.1.11. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação em cumprimento ao disposto no inciso XVI do artigo 92 da Lei nº 14.133/2021;

9.1.12. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução deste contrato;

9.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021;

9.1.15. Apresentar sempre que solicitado pelo Contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, legalmente exigíveis;

9.1.16. Comunicar ao Contratante a ausência do produto contratado no mercado, apresentando a devida comprovação, tão logo tome ciência do fato que possa vir a comprometer o efetivo cumprimento da obrigação pelo Contratado caso futuramente demandado;

9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.1.18. Comprovar, quando solicitado, a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.1.19. Submeter-se às normas e determinações do Contratante no que se referem à execução do contrato.

## **9.2. Das obrigações do Contratante**

9.2.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento contratado, por meio da Gerencia de Contratação de Serviços Gerais e de Engenharia – GCOSE.



9.2.2. Fiscalizar a manutenção pelo Contratado, das condições de habilitação exigidas neste Termo de Referência, do cumprimento das exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, durante toda a execução do contrato, em atendimento ao disposto nos incisos XVI e XVII do artigo 92 da Lei nº 14.133/2021;

9.2.3. Pagar no vencimento a fatura apresentada pelo Contratado correspondente ao fornecimento do(s) produto(s);

9.2.4. Notificar o Contratado, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do fornecimento.

## **10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do Contratado, sujeitando-o às penalidades previstas no Decreto Municipal nº 18.096/2022, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil e criminal.

## **11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

11.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso tendo em vista a justificativa constante no anexo II e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

## **12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

12.1. As despesas decorrentes do presente procedimento serão acobertadas pela(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

- 2302 3401 10 301 157 2690 0001 339030 37 1600000 0000
- 2302 3401 10 302 114 2952 0003 339030 37 1600000 0000

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### **13. UNIDADE RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO/FISCALIZAÇÃO:**

**Gestor:** Gerente na Gerência de Contratação de serviços e Engenharia- GCOSE

**Fiscal:** Gerência de Contratação de serviços e Engenharia- GCOSE

### **14. DOS ANEXOS**

14.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.1.1. ANEXO I – Modelo de Proposta de Preços Ajustada;

14.1.2. ANEXO II – Justificativa da Opção do Orçamento Sigiloso;

14.1.3. ANEXO III – Estudo Técnico Preliminar – ETP.

Belo Horizonte, maio de 2026.

**Gerência de Contratação de Serviços Gerais e de Engenharia – GCOSE**  
**Diretoria de Logística e Suprimentos – DLOS**



**ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA**

**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº .....**

Razão social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

Endereço eletrônico (e-mail) para contato:

Objeto:

Validade da proposta: 90 (noventa) dias.

**ITEM/GRUPO/LOTE Nº.....**

ITEM	SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	MARCA / MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1							
<b>VALOR GLOBAL:</b>							
..... reais e ..... centavos.							

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável legal da empresa licitante

## **ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA**

### **JUSTIFICATIVA DA OPÇÃO PELO ORÇAMENTO SIGILOSO**

Em consonância com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – Art. 24, desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

Nesse contexto, a fim de fomentar a disputa e alcançar a proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, bem como evitar contratações superfaturadas, essa SMSA opta por manter o orçamento sigiloso até o encerramento da disputa.

O sigilo do preço estimado pela SMSA já foi tema objeto de estudo na Doutrina.

Conforme Zymler e Dios (2014, p. 117),

*A não divulgação do orçamento tem por objetivo evitar que as propostas/lances gravitem em torno do orçamento fixado pela administração. Essa medida deve se mostrar particularmente eficaz quando houver a ocorrência de lances fechados, pois, sem as balizas dos outros licitantes e do orçamento da administração, o competidor deve, já nessa etapa, oferecer um preço realmente competitivo e dentro do limite de sua capacidade de executar a avença com uma lucratividade adequada. Caso assim não proceda, esse competidor corre o risco de ser desclassificado sem a possibilidade de apresentar outra proposta mais competitiva, de acordo com os critérios que regem a apresentação de lances fechados. Amplia-se assim, a competitividade do certame e propicia-se melhores propostas para administração.*

*Não se ouvida que determinados agentes do mercado participam de licitações e elaboram suas propostas sem analisar sua capacidade de honrá-la. Esses agentes, seja por não disporem de meios para tanto, seja por não estarem dispostos a arcar com as despesas daí decorrentes, simplesmente se baseiam no orçamento efetuado pela administração. Esse procedimento, contudo, é temerário porque as propostas podem não refletir a realidade econômica do licitante, redundando em dificuldades posteriores na execução contratual. Desta feita, a não divulgação do orçamento obriga os licitantes a efetivamente analisarem sua estrutura de custos para daí elaborarem suas propostas. Espera-se, pois, a apresentação de propostas mais realistas economicamente.*

Ainda segundo Zymler e Dios (2014),

*Em relação a eventual violação do princípio da publicidade, explicitado no caput do art. 37 da Constituição Federal, deve-se lembrar o entendimento de que nenhum princípio constitucional é absoluto de forma que se deve buscar harmonizá-los na hipótese de eventual antagonismo entre dois princípios — no caso o da publicidade em contraposição aos da eficiência e da economicidade.*

*Nesse contexto de ponderação de princípios, entende-se estar justificada a ausência temporária da divulgação do orçamento, pois amparada no princípio da busca da melhor proposta pela administração. Logo as principais razões do princípio da publicidade estarão atendidas, pois será garantida a transparência do procedimento licitatório com a divulgação do orçamento ao final do certame.*

Conforme doutrina acima, já é possível perceber os benefícios da não divulgação do orçamento estimado.

O sigilo do preço estimado faz com que os licitantes apresentem lances competitivos, considerando a lucratividade e a capacidade de honrar a contratação. Como não há possibilidade de os competidores balizarem seus preços no orçamento estimado pela administração, caso não ofereçam seu melhor lance durante a sessão pública, há o risco de não se sagrar vencedor da licitação. Assim, a disputa se dará pelo menor preço, fazendo com que as contratações ocorram por valores bem abaixo do estimado.

Outro ponto relevante diz respeito às contratações superfaturadas. É sabido que, em alguns casos, é dificultoso a obtenção de orçamentos em portais oficiais de compras conforme os critérios estabelecidos na legislação. Isso faz com que seja necessário solicitar orçamento diretamente com fornecedores o que pode gerar, por vezes, estimativas superestimadas. Desse modo, o sigilo dos orçamentos pode contribuir para evitar contratações superfaturadas, já que os licitantes não irão basear suas propostas considerando o estimado pela administração, mas sim, conforme a realidade de sua empresa.

Quando a disputa ocorre sem que os licitantes tenham conhecimento do preço estimado, os ganhos para a administração pública são notórios.

Já a divulgação do preço estimado, por outro lado, pode prejudicar a obtenção da proposta mais vantajosa.

É o que concluiu o Tribunal de Contas da União no Acórdão 903/2019, quando em análise de caso concreto, conforme trecho abaixo:

*Acórdão: VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria de conformidade realizada com o objetivo de avaliar as aquisições de medicamentos que ocorreram de forma centralizada pelo Ministério da Saúde nos exercícios 2014 a 2017, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:*

*9.1. com fundamento no art. 250, II, Regimento Interno do Tribunal, determinar ao Ministério da Saúde que, no prazo de noventa dias:*

*9.1.1. adote medidas junto à Consultoria Jurídica dessa pasta com o intuito de adequar os pareceres jurídicos referenciais para aquisição de medicamentos, de forma a abrangerem:*

i) os elementos jurídicos específicos para esse tipo de aquisição a serem observados pela área técnica quando da elaboração do edital, a exemplo da inserção de cláusula que trate especificamente da aplicação do Convênio ICMS Confaz, quando da aquisição de fármacos relacionados no anexo único do convênio; e ii) a orientação quanto à não divulgação, em edital de pregão, do preço estimado da contratação, conforme entendimento jurisprudencial desta Corte de Contas (Acórdãos 2.150/2015-TCU-Plenário e 2.080/2012-TCU-Plenário); (Grifo nosso)

#### Relatório

A equipe de auditoria verificou que, em sete editais de pregões eletrônicos para aquisição de medicamentos pelo Ministério da Saúde, referentes ao período de 2015 a 2017, houve a divulgação no edital dos preços estimados para a contratação.

86. No [Acórdão 2150/2015-TCU-Plenário](#), da relatoria do Ministro Bruno Dantas, esta Corte de Contas manifestou entendimento de que, quando da aquisição de medicamentos, a divulgação dos preços estimados da contratação, nos editais de pregões, prejudica a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração. A decisão seguiu o posicionamento esposado no [Acórdão 2080/2012-TCU-Plenário](#), da relatoria do Ministro José Jorge, que apreciou representação impetrada para avaliar a legalidade de certame em razão, dentre outros pontos, da ausência de indicação, no edital e nos seus anexos, dos preços global e unitários estimados pela Administração.

87. Conforme fundamentação exposta no relatório do [Acórdão 2080/2012-TCU-Plenário](#), o tema gera discussões na doutrina em razão da impossibilidade de haver sigilo dessa informação em respeito ao princípio da publicidade. Ressalta que, por outro lado, há quem entenda que, em alguns casos, em benefício à eficiência administrativa, a publicidade deveria ser postergada. Nessa perspectiva, se posicionaram Jorge Ulisses Jacoby Fernandes e Maria Sylvia di Pietro. Dentre as razões, citam-se a de inibir a tentativa de o licitante limitar seu preço ao estimado, permitir ao pregoeiro obter preços inferiores ao estimado e não vincular os preços à época da pesquisa. A unidade técnica ainda citou que a não divulgação do orçamento estimativo também deveria ser avaliada considerando-se a finalidade da regra contida no inciso XVII do art. 4º da Lei 10.520/2002, que possibilita ao pregoeiro negociar com o licitante vencedor no intuito de obter preço ainda mais vantajoso para a Administração:

Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

(...)

XVII – nas situações previstas nos incisos XI e XVI, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

88. Nesse sentido, se o licitante vencedor já tiver conhecimento do orçamento estimado e se a sua proposta já se encontrar abaixo desse patamar, ele provavelmente não se empenhará em negociar o valor com o pregoeiro. Assim, esse dispositivo legal perderia sua eficácia.

[...]

90. NOS PREGÕES ELETRÔNICOS ANALISADOS PELA EQUIPE EM QUE HOUVE A DIVULGAÇÃO DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS, PÔDE-SE OBSERVAR QUE OS VALORES ADJUDICADOS FORAM BEM PRÓXIMOS, E, EM

*ALGUNS CASOS, IDÊNTICOS AOS DE REFERÊNCIA, O QUE PODE INDICAR UMA POSSÍVEL LIMITAÇÃO DOS PREÇOS OFERTADOS PELAS EMPRESAS LICITANTES AOS VALORES DIVULGADOS PELO MINISTÉRIO. UMA DAS POSSÍVEIS CAUSAS VERIFICADAS PELA EQUIPE PARA ESSE ACHADO CONSISTE NA AUSÊNCIA, NOS PARECERES JURÍDICOS REFERENCIAIS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, DE ORIENTAÇÃO QUANTO AO PREJUÍZO PARA OBTENÇÃO DE PROPOSTAS MAIS VANTAJOSAS QUANDO DA DIVULGAÇÃO, EM EDITAL, DO VALOR ESTIMADO DE CONTRATAÇÃO (GRIFO NOSSO).*

Por fim, verifica-se que o sigilo do preço estimado se mostra aderente não apenas a doutrina, como também a jurisprudência do Tribunal de Contas da União.

Dessa forma, considerando todo o exposto, bem como a experiência da própria administração, essa SMSA opta por divulgar o valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

**ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA**  
**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP**

**1 – INFORMAÇÕES BÁSICAS**

Nº Processo Administrativo: \_\_\_\_\_

Área Requisitante: Gerência de Contratação de Serviços e Engenharia - GCOSE.

**2 - ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

A contratação pretendida encontra amparo no planejamento anual de contratações da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, especificamente discriminada no pedido 20251-169.

**3 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

**OBJETO – AQUISIÇÃO DE PEÇAS ODONTOLÓGICAS PARA EQUIPAMENTOS**

A abertura do presente processo licitatório tem por finalidade garantir as condições necessárias para a realização dos procedimentos odontológicos nas unidades da rede SUS-BH, cujo objetivo é oferecer tratamento adequado a pacientes acometidos por diversas patologias de origem odontológica. A aquisição de peças de manutenção para equipamentos odontológicos é de extrema importância, pois assegura a continuidade do funcionamento desses equipamentos, permitindo que os profissionais de saúde prestem um atendimento digno, seguro e de qualidade à população.

Trata-se da aquisição de **peças odontológicas de uso comum**, destinadas às manutenções corretivas e preventivas de diversos aparelhos/equipamentos utilizados nos serviços de odontologia da rede SUS-BH. Tal aquisição é estratégica dentro do planejamento da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte (SMSA), uma vez que se refere a insumos indispensáveis para a qualidade da assistência ofertada aos usuários do Sistema Único de Saúde.

As peças em questão são utilizadas em diferentes tipos de consertos e manutenções técnicas, além de compor o estoque de reserva técnica da SMSA, o que permite agilidade na resposta a falhas inesperadas. Os **benefícios diretos e indiretos** dessa aquisição estão relacionados principalmente à integridade física dos pacientes, uma vez que diagnósticos e tratamentos odontológicos dependem de equipamentos em pleno funcionamento e segurança.



Caso não seja viabilizada a aquisição planejada, as unidades assistenciais enfrentarão dificuldades operacionais, comprometendo a continuidade dos atendimentos e resultando em prejuízos diretos à população. A indisponibilidade das peças poderá causar interrupções nos procedimentos odontológicos, atrasos no tratamento de pacientes e aumento da demanda reprimida, afetando negativamente a efetividade dos serviços prestados.

Ressalta-se que **o último processo de aquisição de peças ocorreu no ano de 2022**, por meio do **Pregão Eletrônico nº 218/2022 – Processo nº 04.001.108.22.31**, sendo que os itens adquiridos foram efetivamente recebidos apenas em **janeiro de 2023**. Desde então, **não houve sucesso em novas aquisições**, o que comprometeu a regularidade da manutenção dos equipamentos odontológicos.

Em virtude da falta de reposição adequada, a Administração tem adotado **medidas paliativas**, como o **reaproveitamento de peças usadas** oriundas de equipamentos fora de operação. Embora essa prática tenha permitido a manutenção temporária de alguns atendimentos, ela tem causado o **sucateamento progressivo do parque tecnológico**, agravando o risco de paralisações prolongadas por indisponibilidade de equipamentos.

Cabe destacar que **algumas das peças incluídas na presente aquisição não possuem histórico de compra**, o que se justifica pelo fato de que, à época do último certame, os equipamentos ainda se encontravam em período de garantia. Contudo, tão logo expirou esse prazo, **os equipamentos passaram a apresentar falhas decorrentes do uso intensivo e da alta carga de trabalho**, o que revela a **necessidade emergencial de aquisição desses itens**.

Diante disso, sugere-se, conforme prática anterior, **a inclusão do histórico da última compra para os itens com registros anteriores**, a fim de demonstrar a recorrência da demanda e reforçar a urgência da reposição para garantir a continuidade dos serviços essenciais de saúde bucal.

A renovação e a manutenção dos equipamentos médico-assistenciais exigem a implementação de **procedimentos de gestão pautados em critérios técnicos, legais e normativos**, com o objetivo de assegurar a rastreabilidade, qualidade, eficácia, efetividade e segurança das tecnologias empregadas na prestação de serviços de saúde.

Por fim, a metodologia utilizada para o planejamento desta compra foi realizada pela Engenharia Clínica da SMSA, com base em estimativas de consumo anual, conforme previsto no **artigo 40 da Lei nº 14.133/2021**. Essa estimativa considerou o histórico de uso dos equipamentos nas Unidades

de Pronto Atendimento (UPAs) no exercício anterior, garantindo assim um dimensionamento adequado da demanda.

A não contratação dos itens ora solicitados poderá acarretar sérios prejuízos ao funcionamento das unidades de saúde da rede SUS-BH, comprometendo diretamente a prestação de serviços odontológicos. Sem as peças de manutenção corretiva e preventiva, **os equipamentos tornam-se inoperantes ou funcionam de maneira inadequada**, elevando os riscos para os pacientes e sobrecarregando os profissionais de saúde. A indisponibilidade dessas peças pode gerar **interrupções frequentes no atendimento**, aumento das filas de espera, adiamento de tratamentos essenciais e agravamento de condições clínicas, além de afetar indicadores de desempenho assistencial.

Adicionalmente, a ausência de manutenção adequada acelera o desgaste dos equipamentos, reduz sua vida útil e aumenta a probabilidade de descontinuidade dos serviços por longos períodos, exigindo futuramente **investimentos mais onerosos na substituição completa dos equipamentos**. Dessa forma, a não contratação compromete não apenas a eficiência operacional, mas também a racionalização de recursos públicos e o direito da população ao acesso oportuno e de qualidade à saúde bucal.

#### **4- DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Para o problema indicado acima ser solucionado, entende-se necessário que a contratação apresente os seguintes requisitos:

- **Documentação de Qualificação Técnica:**

1. Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o licitante fornece ou forneceu bens de natureza compatível com o(s) objeto(s) do(s) lote(s) arrematado(s).

- a.1. O(s) atestado(s) deverá estar emitido(s) em papel (eis) timbrado(s) do(s) Órgão(s) ou da(s) Empresa(s) que o expediu, ou deverá conter carimbo do CNPJ do(s) mesmo(s) ou outra informação que permita a devida identificação do emitente.

a.2. O(s) atestado(s) de capacidade técnica poderá ser apresentado(s) em nome da empresa, com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial (ais) do licitante.

a.3. Não será aceito(s) atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) pelo próprio licitante.

**Justificativa:** As certidões e/ou atestados visa comprovar que o licitante forneceu ou está fornecendo objetos e/ou prestou ou está prestando serviços satisfatoriamente, de forma igual ou similar com o objeto da contratação.

2. A garantia consiste na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas no **Código de Defesa do Consumidor** - e alterações subsequentes.

2.1. A empresa fornecedora dos itens será responsável pela substituição, troca ou reposição dos materiais porventura entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações do Termo.

2.2. Na substituição de materiais defeituosos, a reposição será por outro com especificações técnicas iguais, ou superiores com aprovação prévia da Contratante, sem custo adicional para a Contratante.

3. O prazo máximo para a entrega inicial dos produtos será de até 30 dias corridos e sucessivas datas conforme estabelecido no cronograma (Anexo II), contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pela Contratada.

4.1. Em caso de omissão, recusa ou protelação do Fornecedor em acusar o recebimento da Nota de Empenho, o prazo de entrega iniciar-se-á a partir do terceiro dia útil subsequente à data de envio da Nota de Empenho.

4.2. O prazo referido somente se inicia e vence em dia de expediente no órgão ou na entidade.

4.3. Devidamente justificado e antes de finalizado o prazo de entrega, o fornecedor poderá solicitar prorrogação da entrega, ficando a cargo da área demandante aceitar a solicitação, desde que não haja prejuízo no abastecimento da rede.

4.4. Durante a execução do fornecimento, os locais de entrega poderão sofrer modificações, a critério da Administração Pública, dentro da Região Metropolitana

de Belo Horizonte, conforme descrito na Nota de Empenho ou outro instrumento hábil.

4.5. O(s) produto(s) deverá(ão) ser descarregado(s) e entregue(s) no interior dos locais designados para a entrega.

4.6. O (s) produto (s) deverá (ã)o ser entregue(s) em sua (s) embalagem(ns) original(is) e individual(is), dentro da mais perfeita integridade, ou seja, sem avarias e/ou danos no manuseio.

4.7. A Secretaria Municipal de Saúde – SMSA não aceitará ou receberá qualquer produto com defeitos ou imperfeições, em desacordo com as especificações e condições constantes neste documento ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto.

4.8. O Fornecedor somente poderá entregar o(s) produto(s) nos horários e locais estabelecidos pelos Órgãos Participantes. Também deverá respeitar todas as condições impostas pela legislação para a comercialização do(s) produto(s), além das exigências e padrões definidos pelo presente processo de aquisição.

4.9. A **entrega será parcelada** conforme demanda estabelecida através do cronograma da SMSA.

## 5 - LEVANTAMENTO DO MERCADO

No presente estudo, foram consultadas referências públicas de contratações similares, incluindo editais e documentos técnicos de outros órgãos, com o objetivo de identificar metodologias, tecnologias ou práticas de mercado que pudessem melhor atender às necessidades da SMSA. As informações pertinentes observadas foram consideradas na elaboração da presente contratação.

Adicionalmente, não foram identificadas circunstâncias específicas ou complexidade técnica que justificassem a realização de audiência pública. Tratam-se de bens classificados como comuns, para os quais não se mostrou necessária a coleta prévia de contribuições para definição da solução mais adequada, garantindo a preservação da relação custo-benefício do procedimento.

Analisando o mercado, entendem-se viáveis as seguintes alternativas abaixo:

- Solução 1 - Buscar atas de registro de preços disponíveis para a realização de adesão carona.
- Solução 2 - Manifestar intenção de registro de preços junto a outro órgão, na condição de participe.
- Solução 3 - Realizar a própria Licitação

**Da Análise:**

- Condição 1 - Não foi encontrada ata de registro de preços disponível para a realização de adesão.
- Condição 2 - Não foi encontrada intenção de registro de preços disponível para manifestação.
- Condição 3 - É possível a realização de licitação.

**Da Conclusão:**

Diante disso, entendemos que a melhor solução para a aquisição dessas peças é a realização da licitação própria, uma vez que por se tratar de aquisição de peças odontológicas de várias especialidades com finalidade de reposição dos estoques, a realização de licitação própria parece ser a solução mais adequada e viável para SMSA, visto que os itens requeridos são muito específicos e a sua qualidade pode interferir diretamente nos tratamentos odontológicos oferecidos aos pacientes da rede SUS/BH.

Além disso, cada órgão possui suas próprias necessidades de aquisição, condizentes com o histórico de consumo, número de consultórios, profissionais e atendimentos realizados, o que inviabilizaria uma adesão ou participação em todos os itens deste ETP tornando por consequência a licitação própria a melhor opção para aquisição dos itens nesse caso.

O levantamento de mercado foi realizado considerando as PEÇAS ODONTOLÓGICAS necessárias para manutenção dos equipamentos da Rede SUS/BH, baseando-se no art. 5º da RESOLUÇÃO RDC Nº 509, DE 27 DE MAIO DE 2021, visando economia de escala, eficiência operacional e manutenção dos equipamentos odontológicos, para que estes funcionem adequadamente por períodos constantes, considerando que as peças desgastam naturalmente pelo uso contínuo dos aparelhos.

Os itens necessários foram definidos considerando a compatibilidade dos equipamentos e tecnologias já existentes na rede e que também estão disponíveis no mercado.

**6 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A aquisição de peças odontológicas tem como finalidade garantir a manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos utilizados nas unidades de saúde bucal da rede SUS-BH, assegurando o pleno funcionamento dos aparelhos, a continuidade dos atendimentos e a qualidade dos serviços prestados aos usuários. As peças serão utilizadas nos reparos e substituições necessárias dos equipamentos instalados nos Centros de Saúde e Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs), contribuindo para a realização de diagnósticos precisos e para a segurança operacional dos equipamentos.

Os itens serão entregues conforme a demanda estimada de consumo e utilizados de acordo com a necessidade de manutenção dos equipamentos, possibilitando sua adequada conservação e funcionamento regular após os reparos executados pela GCOSE.

A presente contratação justifica-se pela essencialidade dos itens, considerados insumos estratégicos de suporte às ações assistenciais da Secretaria Municipal de Saúde, proporcionando maior segurança aos servidores, pacientes e usuários da rede pública.

Na presente contratação será exigida a indicação de marca, característica e/ou modelo, conforme disposto na alínea “b” do inciso I do art. 41 da Lei nº 14.133/2021, em razão da necessidade de compatibilidade técnica, funcional e dimensional com os equipamentos odontológicos já existentes e em utilização na rede. Tal exigência visa garantir a adequada manutenção corretiva e preventiva, a segurança operacional, o perfeito funcionamento dos equipamentos e evitar danos decorrentes da utilização de peças incompatíveis.

DETALHAMENTO DO OBJETO						
ITEM	GRP	DESCRIÇÃO DO OBJETO	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QTDE	MARCA/MODELO
1	74833	ABRACADEIRA CUPILHA 5 X 13 MM PARA USO EM EQUIPAMENTO ODONTOLOGICO DABI ATLANTE	465459	UNIDADE	30	N/A

2	75035	BORRACHA SUCTOR SALIVA PARA EQUIPAMENTO ODONTOLOGICO	416414	UNIDADE	60	N/A
3	74837	CABECA CONTRA ANGULO, PARA UTILIZACAO EM CONTRA ANGULO DABI ATLANTE.	407106	UNIDADE	30	DABI ATLANTE
4	74882	CABECA MONTADA PARAFUSO, UTILIZADA EM CONTRA ANGULO KAVO, MOD. 2068 FGBN	407107	PECA	30	KAVO/MOD. 2068 FGBN
5	75047	CORREIRA COMPRESSOR EM V A44 46 EQUIPAMENTO ODONTOLOGICO	422320	UNIDADE	20	N/A
6	75048	DRENO MANUAL PARA COMPRESSOR 1/4" ODONOTOLOGICO	473276	UNIDADE	20	N/A
7	74843	EIXO DIANTEIRO CONTRA ANGULO, UTILIZADO EM CONTRA ANGULO DABI ATLANTE	392502	UNIDADE	30	DABI ATLANTE
8	74844	EIXO PINCA FG UTILIZADO EM CANETA DE ALTA ROTACAO DABI ATLANTE MRS 400	322468	UNIDADE	30	DABI ATLANTE/MRS 400
9	74898	EIXO PINCA FG, UTILIZADO EM CANETA DE ALTA ROTACAO KAVO, MOD. EXTRA TORQUE 605	467119	UNIDADE	30	KAVO/MOD. EXTRA TORQUE 605



10	74845	EIXO PRINCIPAL CONTRA ÂNGULO, UTILIZADO EM CONTRA ÂNGULO DABI ATLANTE	392502	UNIDADE	30	DABI ATLANTE
11	100530	ESPIGAO EM LATAO, FIXO, MACHO, BITOLA DE 1/2 X 3/8 POLEGADA	482007	UNIDADE	20	N/A
12	75017	ESPIGAO RF 401 MANGUEIRA ¼ ROSCA ¼ PARA EQUIPAMENTO ODONTOLOGICO	342078	UNIDADE	80	N/A
13	82758	FILTRO DE AR, COM VALVULA REGULADORA, DUAS SAIDAS DE 1/2 POLEGADA, COM MANOMETRO, COPO TRANSPARENTE	601707	FRASCO	40	N/A
14	74903	GARRAFA RESERVATORIO DE AGUA, CAPACIDADE DE 1000 ML, UTILIZADA EM EQUIPO KAVO MODELO CLINIK	413711	UNIDADE	100	KAVO/MODELO CLINIK



15	74905	JUNTA SPRAY, UTILIZADO EM CANETA DE ALTA ROTACAO KAVO, MOD. EXTRA TORQUE 605	467117	UNIDADE	20	KAVO/EXTRA TORQUE 605
16	75052	KIT JUNTAS PARA COMPRESSOR BRAVO ODONTOLOGICO CSL 15BR/150	352771	UNIDADE	10	SCHULZ/BRAVO/CSL 15BR/15
17	74851	KIT TRANSDUTOR (PLACA, CABO E TRANSDUTOR), UTILIZADO EM APARELHO DE PROFILAXIA DABI ATLANTE, MOD. PROFI II CERAMIC	416401	UNIDADE	15	DABI ATLANTE/MOD. PROFI II CERAMIC
18	75053	KIT VALVULA DE RETENCAO PARA COMPRESSOR BRAVO ODONTOLOGICO CSL 15BR/150	467696	UNIDADE	20	SCHULZ/BRAVO/CSL 15BR/15
19	74822	MANGUEIRA DE BORRACHA PARA COMPRESSOR ODONTOLÓGICO /AR COMPRIMIDO TIPO PT 300PSI PRETA 1/4	473276	UNIDADE	200	N/A



20	74829	MANGUEIRA DE POLIURETANO MEDINDO : DIAMETRO EXTERNO 6 MM E DIAMETRO INTERNO 4 MM PARA EQUIPAMENTO ODONTOLOGICO	467104	METRO	100	N/A
21	3595	MANGUEIRA EM BORRACHA REFORCADA, PARA ALTA PRESSAO, BITOLA DE 1/2 POLEGADA	352771	METRO	200	N/A
22	74828	MANGUEIRA LIZA DUPLA AR-AGUA CINZA PARA ULTRASSOM E PEDAL DE EQUIPO ODONTOLOGICO	425328	METRO	100	N/A
23	74823	MANGUEIRA PU LIZA TRIPLA CINZA FORMATO OBLATE PARA EQUIPO ODONTOLOGICO	416404	METRO	100	N/A
24	74824	MANGUEIRA PVC CINZA 10,2 X 7,0 MM PARA SUGADOR ODONTOLOGICO	413828	METRO	300	N/A



25	75062	OLEO PARA COMPRESSOR ODONTOLOGICO MS LUB SCHULZ, OLEO MINERAL	486604	LITRO	35	N/A
26	74913	PARAFUSO PARA FIXACAO CABECA DE CONTRA ANGULO, UTILIZADO EM CONTRA ANGULO KAVO FG	339815	UNIDADE	50	KAVO/FG
27	104646	PECA BOMBA VACUO SCHUSTER, VALVULA SOLENOIDE ENTRADA DE AGUA	218261	UNIDADE	20	SCHUSTER
28	104606	PEÇA PARA CADEIRA ODONTOLÓGICA OLSEN, MICRO INTERRUPTOR PARA REFLETOR E CUSPIDEIRA	425346	UNIDADE	15	OLSEN
29	104645	PECA CADEIRA ODONTOLOGICA OLSEN, INTERRUPTOR GRANDE, SEM CAPA	422344	UNIDADE	25	OLSEN



30	104631	PECA EQUIPAM. ODONTOL. KAVO, INTERRUPTOR PEDAL CHAVE TACTIL 12X12X4,3 MM, QUATRO TERMINAIS	601463	UNIDADE	60	N/A
31	65528	PECA PARA APARELHO DE PROFILAXIA DABI ATLANTE - FILTRO DE AR	467696	PEÇA	25	DABI ATLANTE
32	65520	PECA PARA APARELHO DE PROFILAXIA DABI ATLANTE - TRANSDUTOR PROFI II CERAMIC	456959	UNIDADE	40	DABI ATLANTE/TRANSDUTOR PROFI II CERAMIC
33	104628	PEÇA PARA APARELHO DE PROFILAXIA SAEVO SONIC DUO, PLACA ELETRÔNICA PAINEL	428063	UNIDADE	8	SAEVO/SONIC DUO
34	104644	PECA PARA AUTOCLAVE CRISTOFOLI, NOVA VT, SENSOR DE TEMPERATURA	467119	UNIDADE	4	CRISTOFOLI/ NOVA VT



35	65748	PECA PARA BOMBA A VACUO - VALVULA SOLENOIDE DE ENTRADA DE AGUA CICLONE DABI	218261	PEÇA	20	DABI
36	104629	PECA PARA CADEIRA ODONTOL. OLSEN, MICROINTERRUPTOR PEDAL ELETRICO	422344	UNIDADE	50	OLSEN
37	104607	PECA PARA CADEIRA ODONTOL. OLSEN, RALO PARA CUSPIDEIRA	376226	UNIDADE	35	OLSEN
38	104643	PECA PARA CADEIRA ODONTOLOGICA OLSEN, TAMPA DO PEDAL DE ACIONAMENTO ELETRICO	468343	UNIDADE	40	OLSEN
39	104705	PECA PARA COMPRESSOR DE AR SCHULZ BRAVO 20 PES, CORREIA A 63	468719	UNIDADE	10	N/A
40	91488	PECA PARA EQUIPAMENTO ODONTOLOGICO CONTRA ANGULO DENTEMED MAGNUS, EIXO DE TRANSMISSAO	358153	PEÇA	50	DENTEMED
41	91487	PECA PARA EQUIPAMENTO ODONTOLOGICO CONTRA ANGULO DENTEMED MAGNUS, ROTOR	392503	PEÇA	50	DENTEMED

42	91489	PEÇA PARA EQUIPAMENTO ODONTOLOGICO CONTRA ANGULO DENTEMED MAGNUS, TAMPA FRONTAL	470995	PEÇA	25	DENTEMED
43	91490	PEÇA PARA EQUIPAMENTO ODONTOLOGICO DENTEMED MAGNUS, ACOPLAMENTO MICRO MOTOR	611626	PEÇA	45	DENTEMED
44	84495	PEÇA PARA EQUIPAMENTO ODONTOLOGICO OLSEN, PEDAL DE ACIONAMENTO ELETRICO DE CADEIRA	419914	UNIDADE	60	OLSEN
45	84494	PEÇA PARA EQUIPAMENTO ODONTOLOGICO OLSEN, PROTETOR DO REFLETOR	413708	UNIDADE	30	OLSEN
46	84493	PEÇA PARA INSTRUMENTOS DE MAO MIDWEST, SUPORTE PARA PONTAS	364109	UNIDADE	150	OLSEN/MIDWEST
47	104608	PEÇA PARA LOCALIZADOR APICAL SCHUSTER, BATERIA 3,6 V, 750 MAH	474387	UNIDADE	15	SCHUSTER

48	84522	PEÇA PARA PECAS DE MAO - TAMPA DO CONTRA ANGULO GNATUS MODELO SL30 PB	385070	PEÇA	30	GNATUS MODELO SL30 PB
49	74971	PEDAL PARA EQUIPO, UTILIZADO EM EQUIPO ODONTOLOGICO GNATUS, MOD. POP STAR / ARTUS	419913	UNIDADE	30	GNATUS/MOD. POP STAR / ARTUS
50	74854	PINO ELASTICO 4.4 X 1.0 X 0.8 MM, UTILIZADO EM CONTRA ANGULO DABI ATLANTE.	339816	UNIDADE	35	DABI ATLANTE
51	75055	PRESSOSTATO AUTOMATICO PARA COMPRESSOR ODONTOLOGICO PRESSAO MINIMA 80 LIBRAS E MAXIMA DE 120 LIBRAS	467696	UNIDADE	10	N/A
52	74861	ROTOR COMPLETO FG UTILIZADO EM CANETA DE ALTA ROTACAO DABI ATLANTE MOD. MRS 400	392503	UNIDADE	30	DABI ATLANTE/MOD. MRS 400
53	74923	ROTOR COMPLETO FG, UTILIZADO EM CANETA DE ALTA ROTACAO KAVO, MOD. EXTRA TORQUE 605	385070	UNIDADE	40	KAVO MOD. EXTRA TORQUE 60
54	74924	SERINGA TRIPLICE, UTILIZADA EM EQUIPO KAVO MODELO CLINIK	478535	UNIDADE	30	KAVO/ MODELO CLINIK



55	74977	SERINGA TRIPLICE, UTILIZADA EM EQUIPO ODONTOLOGICO GNATUS, MOD. POP STAR / ARTUS	418217	UNIDADE	60	GNATUS MOD. POP STAR / ARTUS
56	74982	TAMPA DO RESERVATORIO DE BICARBONATO, UTILIZADA EM APARELHO DE PROFILAXIA GNATUS, MOD. JETSONIC PLUS	352771	UNIDADE	100	GNATUS /MOD. JETSONIC PLUS
57	74983	TERMINAL ALTA ROTACAO UTILIZADO EM EQUIPO ODONTOLOGICO GNATUS, MOD. POP STAR / ARTUS	437552	UNIDADE	90	GNATUSMOD. POP STAR / ARTUS
58	74869	TERMINAL SUCTOR SALIVA CINZA COM REGISTRO PARA USO EM EQUIPAMENTO KIT SUCCAO DA BOMBA A VACUO ODONTOLOGICA DABI ATLANTE	467141	UNIDADE	40	DABI ATLANTE
59	74870	TRAVA BROCA UTILIZADO EM CONTRA ANGULO DABI ATLANTE.	339815	UNIDADE	30	DABI ATLANTE



60	74960	VALVULA SOLENOIDE COMPLETA 24V PARA BOMBA A VACUO GNATUS	467039	UNIDADE	30	GNATUS
----	-------	--	--------	---------	----	--------

FONTE DO RECURSO E DISTRIBUIÇÃO POR CÓDIGO GRP					
ITEM	CÓDIGO GRP	DESCRIÇÃO	FONTE DO RECURSO	QUANTIDADE	DISTRIBUIÇÃO
1	074833	ABRACADEIRA CUPILHA 5 X 13 MM PARA USO EM EQUIPAMENTO ODONTOLOGICO DABI ATLANTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	30	90% UBS e 10% CEOs
2	075035	BORRACHA SUCTOR SALIVA PARA EQUIPAMENTO ODONTOLOGICO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	60	90% UBS e 10% CEOs
3	074837	CABECA CONTRA ANGULO, PARA UTILIZACAO EM CONTRA ANGULO DABI ATLANTE.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	30	90% UBS e 10% CEOs
4	074882	CABECA MONTADA PARAFUSO, UTILIZADA EM CONTRA ANGULO KAVO, MOD. 2068 FGBN	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	30	90% UBS e 10% CEOs
5	075047	CORREIRA COMPRESSOR EM V A44 46 EQUIPAMENTO ODONTOLOGICO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	20	90% UBS e 10% CEOs

6	075048	DRENO MANUAL PARA COMPRESSOR 1/4" ODONTOLOGICO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	20	90% UBS e 10% CEOs
7	074843	EIXO DIANTEIRO CONTRA ANGULO, UTILIZADO EM CONTRA ANGULO DABI ATLANTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	30	90% UBS e 10% CEOs
8	074844	EIXO PINCA FG UTILIZADO EM CANETA DE ALTA ROTACAO DABI ATLANTE MRS 400	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	30	90% UBS e 10% CEOs
9	074898	EIXO PINCA FG, UTILIZADO EM CANETA DE ALTA ROTACAO KAVO, MOD. EXTRA TORQUE 605	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	30	90% UBS e 10% CEOs
10	074845	EIXO PRINCIPAL CONTRA ANGULO, UTILIZADO EM CONTRA ANGULO DABI ATLANTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	30	90% UBS e 10% CEOs
11	100530	ESPIGAO EM LATAO, FIXO, MACHO, BITOLA DE 1/2 X 3/8 POLEGADA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	20	90% UBS e 10% CEOs
12	075017	ESPIGAO RF 401 MANGUEIRA 1/4 ROSCA 1/4 PARA EQUIPAMENTO ODONTOLOGICO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	80	90% UBS e 10% CEOs
13	082758	FILTRO DE AR, COM VALVULA REGULADORA, DUAS SAIDAS DE 1/2 POLEGADA, COM MANOMETRO, COPO TRANSPARENTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	40	90% UBS e 10% CEOs

14	074903	GARRAFA RESERVATORIO DE AGUA, CAPACIDADE DE 1000 ML, UTILIZADA EM EQUIPO KAVO MODELO CLINIK	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	100	90% UBS e 10% CEOs
15	074905	JUNTA SPRAY, UTILIZADO EM CANETA DE ALTA ROTACAO KAVO, MOD. EXTRA TORQUE 605	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	20	90% UBS e 10% CEOs
16	075052	KIT JUNTAS PARA COMPRESSOR BRAVO ODONTOLOGICO CSL 15BR/150	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10	90% UBS e 10% CEOs
17	074851	KIT TRANSDUTOR (PLACA, CABO E TRANSDUTOR), UTILIZADO EM APARELHO DE PROFILAXIA DABI ATLANTE, MOD. PR	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	15	90% UBS e 10% CEOs
18	075053	KIT VALVULA DE RETENCAO PARA COMPRESSOR BRAVO ODONTOLOGICO CSL 15BR/150	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	20	90% UBS e 10% CEOs
19	074822	MANGUEIRA BORRACHA PARA COMPRESSOR ODONTOLOGICO /AR COMPRIMIDO TIPO PT 300PSI PRETA 1/4	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	200	90% UBS e 10% CEOs
20	074829	MANGUEIRA DE POLIURETANO MEDINDO : DIAMETRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	100	90% UBS e 10% CEOs

		EXTERNO 6 MM E DIAMETRO INTERNO 4 MM PARA EQUIPAMENTO OD			
21	003595	MANGUEIRA EM BORRACHA REFORCADA, PARA ALTA PRESSAO, BITOLA DE 1/2 POLEGADA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	200	90% UBS e 10% CEOs
22	074828	MANGUEIRA LIZA DUPLA AR-AGUA CINZA PARA ULTRASSOM E PEDAL DE EQUIPO ODONTOLOGICO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	100	90% UBS e 10% CEOs
23	074823	MANGUEIRA PU LIZA TRIPLA CINZA FORMATO OBLATE PARA EQUIPO ODONTOLOGICO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	100	90% UBS e 10% CEOs
24	074824	MANGUEIRA PVC CINZA 10,2 X 7,0 MM PARA SUGADOR ODONTOLOGICO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	300	90% UBS e 10% CEOs
25	075062	OLEO PARA COMPRESSOR ODONTOLOGICO MS LUB SCHULZ, OLEO MINERAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	35	90% UBS e 10% CEOs
26	074913	PARAFUSO PARA FIXACAO CABECA DE CONTRA ANGULO, UTILIZADO EM CONTRA ANGULO KAVO FG	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	50	90% UBS e 10% CEOs
27	104646	PECA BOMBA VACUO SCHUSTER, VALVULA SOLENOIDE ENTRADA DE AGUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	20	90% UBS e 10% CEOs

28	104606	PECA CADEIRA ODONTOL. OLSEN, MICRO INTERRUPTOR (REFLETOR)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	15	90% UBS e 10% CEOs
29	104645	PECA CADEIRA ODONTOLOGICA OLSEN, INTERRUPTOR GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	25	90% UBS e 10% CEOs
30	104631	PECA EQUIPAM. ODONTOL. KAVO, INTERRUPTOR PEDAL CHAVE TACTIL	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	60	90% UBS e 10% CEOs
31	065528	PECA PARA APARELHO DE PROFILAXIA DABI ATLANTE - FILTRO DE AR	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	25	90% UBS e 10% CEOs
32	065520	PECA PARA APARELHO DE PROFILAXIA DABI ATLANTE - TRANSDUTOR PROFI II CERAMIC	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	40	90% UBS e 10% CEOs
33	104628	PECA PARA APARELHO PROFILAXIA SAEVO, PLACA ELETRONICA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	8	90% UBS e 10% CEOs
34	104644	PECA PARA AUTOCLAVE CRISTOFOLI, SENSOR DE TEMPERATURA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	4	90% UBS e 10% CEOs
35	065748	PECA PARA BOMBA A VACUO - VALVULA SOLENOIDE DE ENTRADA DE AGUA CICLONE DABI	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	20	90% UBS e 10% CEOs



36	104629	PECA PARA CADEIRA ODONTOL. OLSEN, MICROINTERRUPTOR PEDAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	50	90% UBS e 10% CEOs
37	104607	PECA PARA CADEIRA ODONTOL. OLSEN, RALO PARA CUSPIDEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	35	90% UBS e 10% CEOs
38	104643	PECA PARA CADEIRA ODONTOLOGICA OLSEN, TAMPA DO PEDAL DE ACIONAMENTO ELETRICO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	40	90% UBS e 10% CEOs
39	104705	PECA PARA COMPRESSOR DE AR SCHULZ BRAVO 20 PES, CORREIA A 63	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10	90% UBS e 10% CEOs
40	091488	PECA PARA EQUIPAMENTO ODONTOLOGICO CONTRA ANGULO DENTEMED MAGNUS, EIXO DE TRANSMISSAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	50	90% UBS e 10% CEOs
41	091487	PECA PARA EQUIPAMENTO ODONTOLOGICO CONTRA ANGULO DENTEMED MAGNUS, ROTOR	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	50	90% UBS e 10% CEOs
42	091489	PECA PARA EQUIPAMENTO ODONTOLOGICO CONTRA ANGULO DENTEMED MAGNUS, TAMPA FRONTAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	25	90% UBS e 10% CEOs

43	091490	PECA PARA EQUIPAMENTO ODONTOLOGICO DENTEMED MAGNUS, ACOPLAMENTO MICRO MOTOR	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	45	90% UBS e 10% CEOs
44	084495	PECA PARA EQUIPAMENTO ODONTOLOGICO OLSEN, PEDAL DE ACIONAMENTO ELETRICO DE CADEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	60	90% UBS e 10% CEOs
45	084494	PECA PARA EQUIPAMENTO ODONTOLOGICO OLSEN, PROTETOR DO REFLETOR	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	30	90% UBS e 10% CEOs
46	084493	PECA PARA INSTRUMENTOS DE MAO MIDWEST, SUPORTE PARA PONTAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	150	90% UBS e 10% CEOs
47	104608	PECA PARA LOCALIZADOR APICAL SCHUSTER, BATERIA 3,6 V, 750 MAH	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	15	90% UBS e 10% CEOs
48	084522	PECA PARA PECAS DE MAO - TAMPA DO CONTRA ANGULO GNATUS MODELO SL30 PB	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	30	90% UBS e 10% CEOs
49	074971	PEDAL PARA EQUIPO, UTILIZADO EM EQUIPO ODONTOLOGICO GNATUS, MOD. POP STAR / ARTUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	30	90% UBS e 10% CEOs

50	074854	PINO ELASTICO 4.4 X 1.0 X 0.8 MM, UTILIZADO EM CONTRA ANGULO DABI ATLANTE.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	35	90% UBS e 10% CEOs
51	075055	PRESSOSTATO AUTOMATICO PARA COMPRESSOR ODONTOLOGICO PRESSAO MINIMA 80 LIBRAS E MAXIMA DE 120 LIBRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10	90% UBS e 10% CEOs
52	074861	ROTOR COMPLETO FG UTILIZADO EM CANETA DE ALTA ROTACAO DABI ATLANTE MOD. MRS 400	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	30	90% UBS e 10% CEOs
53	074923	ROTOR COMPLETO FG, UTILIZADO EM CANETA DE ALTA ROTACAO KAVO, MOD. EXTRA TORQUE 605	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	40	90% UBS e 10% CEOs
54	074924	SERINGA TRIPLICE, UTILIZADA EM EQUIPO KAVO MODELO CLINIK	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	30	90% UBS e 10% CEOs
55	074977	SERINGA TRIPLICE, UTILIZADA EM EQUIPO ODONTOLOGICO GNATUS, MOD. POP STAR / ARTUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	60	90% UBS e 10% CEOs
56	074982	TAMPA DO RESERVATORIO DE BICARBONATO, UTILIZADA EM APARELHO DE PROFILAXIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	100	90% UBS e 10% CEOs



		GNATUS, MOD. JETSONIC PLUS			
57	074983	TERMINAL ALTA ROTACAO UTILIZADO EM EQUIPO ODONTOLOGICO GNATUS, MOD. POP STAR / ARTUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	90	90% UBS e 10% CEOs
58	074869	TERMINAL SUCTOR SALIVA CINZA COM REGISTRO PARA USO EM EQUIPAMENTO KIT SUCCAO DA BOMBA A VACUO ODONTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	40	90% UBS e 10% CEOs
59	074870	TRAVA BROCA UTILIZADO EM CONTRA ANGULO DABI ATLANTE.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	30	90% UBS e 10% CEOs
60	074960	VALVULA SOLENOIDE COMPLETA 24V PARA BOMBA A VACUO GNATUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	30	90% UBS e 10% CEOs

\* convém lembrar ainda que o número catmat é apenas para referência, uma aproximação, prevalece o descritivo do Cód. GRP.

A exigência decorre do fato de que os itens a serem adquiridos constituem peças de reposição específicas para determinados equipamentos odontológicos, não sendo tecnicamente viável a utilização de componentes genéricos ou incompatíveis, sob pena de comprometer o desempenho, a durabilidade dos equipamentos e a continuidade dos atendimentos realizados.

Nessas hipóteses, não se mostra tecnicamente viável a utilização de componentes genéricos incompatíveis, sob pena de ocasionar falhas de funcionamento, danos aos equipamentos, perda de desempenho, comprometimento da vida útil dos aparelhos e prejuízo à prestação dos serviços de saúde.

Portanto, para os equipamentos das marcas **Dabi Atlante, Kavo, Gnatus, Olsen, Schuster, Cristófoli, Saevo, Schulz e Dentemed Magnus**, correspondentes aos códigos GRP **65520, 65528, 65748, 74837, 74843, 74844, 74845, 74854, 74861, 74869, 74870, 74882, 74898, 74903, 74905, 74913, 74923, 74924, 74971, 74977, 74982, 74983, 75052, 75053, 75055, 84493, 84494, 84495, 84522, 91487, 91489, 91490, 104606, 104607, 104631, 104628, 104644 e 104646**, os componentes fornecidos deverão ser obrigatoriamente da mesma marca e modelo.

Por outro lado, para os itens classificados como componentes padronizados de mercado, de ampla disponibilidade comercial e sem necessidade de compatibilidade exclusiva com fabricante ou modelo específico, não será exigida marca determinada, sendo suficiente o atendimento integral às especificações técnicas, dimensionais e de desempenho previstas neste instrumento.

Enquadram-se nessa condição, exemplificativamente, mangueiras pneumáticas, mangueiras para ar comprimido, espigões, conexões, correias industriais, drenos, filtros, óleo lubrificante e demais componentes similares considerados bens comuns, desde que atendam às características técnicas exigidas para sua adequada utilização nos equipamentos da rede.

Enquadram-se nessa condição, os itens correspondentes aos códigos GRP **3595, 74822, 74823, 74824, 74828, 74829, 74833, 74960, 75017, 75035, 75048, 75062, 82758, 100530, 104629 e 104705**.

<b>FORMA DE EXECUÇÃO SOLICITADA</b>	
	<b>Ata de Registro de Preços</b>
	<b>(X) Contrato (X ) entrega parcelada ( ) entrega única</b>
	<b>Entrega Única – sem contrato</b>

A fiscalização e gestão desses itens serão exercidos pelos responsáveis abaixo designados:

**Gestor:** Gerência de Contratação de serviços e Engenharia- GCOSE

**Fiscal:** Gerência de Contratação de serviços e Engenharia- GCOSE

INFORMAÇÃO PROCESSUAL	
<b>Local de Entrega/ Execução:</b>	Os itens deverão ser entregues no(s) seguinte(s) endereço(s): Local de entrega: na Gerência de Contratação de Serviços Gerais e Engenharia – GCOSE da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Rua Maria Pietra Machado nº 100, bairro São Paulo – CEP: 31910-070, Belo Horizonte/MG, no horário de 09:00 horas até 16:00 horas, em dias úteis, de segunda a sexta-feira. Durante a execução do fornecimento, os locais de entrega poderão sofrer modificações, a critério da Administração Pública, dentro da Região Metropolitana de Belo Horizonte, conforme descrito na Nota de Empenho ou outro instrumento hábil.
<b>Prazo de Entrega/ Execução:</b>	O prazo máximo para entrega do(s) produto(s) será, inicialmente, de até 30 dias corridos, sendo os prazos subsequentes seguirão o cronograma estabelecido pela GCOSE presentes no ANEXO II, Contados a partir do recebimento do empenho pela Contratada/Detentora. Caso o vencimento de qualquer prazo ocorra em dia não útil, este será automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente. Devidamente justificado e antes de finalizado o prazo de entrega, o fornecedor poderá solicitar prorrogação da entrega, ficando a cargo da área demandante aceitar a solicitação, desde que não haja prejuízo no abastecimento da rede.
<b>Garantia:</b>	Código de Defesa do Consumidor- CDC

## 7- ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Entende-se necessária a contratação dos seguintes itens e quantitativos:

ITEM	COD. GRP	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	JUSTIFICATIVA
1	74833	ABRACADEIRA CUPILHA 5X13 MM	30	Peça de desgaste rápido em contra-ângulos. Reposição para 100% dos equipamentos
2	75035	BORRACHA SUCTOR SALIVA	60	Item descartável com vida útil de 3 meses. Consumo médio de 5 unidades/mês por clínica
3	74837	CABEÇA CONTRA ÂNGULO DABI ATLANTE	30	Componente crítico com vida útil de 12 meses Cobre 100% dos equipamentos ativos
4	74882	CABEÇA MONTADA KAVO 2068 FGBN	30	Falha recorrente em 70% dos contra-ângulos após 2 ano de uso contínuo
5	75047	CORREIA COMPRESSOR A44 46	20	Troca preventiva obrigatória a cada 2 anos em todos os compressores da rede

6	75048	DRENO MANUAL 1/4"	20	Peça sujeita a entupimentos frequentes. Estoque para 1 ano de manutenção
7	74843	EIXO DIANTEIRO CONTRA-ÂNGULO	30	Desgaste por atrito. Reposição completa para frota de equipamentos Dabi
8	74844	EIXO PINCA FG DABI MRS 400	30	Vida útil média de 12 meses. Quantidade proporcional a 120 canetas ativas
9	74898	EIXO PINCA FG KAVO 605	30	Similar ao Dabi, com maior custo. Estoque mínimo para 1 ano de consumo
10	74845	EIXO PRINCIPAL CONTRA-ÂNGULO	30	Componente estrutural crítico. Reposição para 100% dos equipamentos
11	100530	ESPIGÃO LATAO 1/2"X3/8"	20	Peça de conexão com vida longa. Estoque estratégico para manutenções
12	75017	ESPIGÃO RF 401 1/4"	80	Alta taxa de danos em manutenções. Consumo histórico de 3-4 unidades/mês
13	82758	FILTRO AR COM VÁLVULA	40	Manutenção preventiva semestral em todos os compressores (20 unidades)
14	74903	GARRAFA RESERVATÓRIO 1000ML	100	Descarte sanitário anual obrigatório + margem de 20% para quebras
15	74905	JUNTA SPRAY KAVO 605	20	Peça de desgaste rápido. Reposição para 50% dos equipamentos ativos
16	75052	KIT JUNTAS COMPRESSOR BRAVO	10	Revisão completa a cada 3 anos. Cobre 10 compressores da rede
17	74851	KIT TRANSDUTOR PROFILAXIA	15	Componente eletrônico crítico. Estoque para 30% dos equipamentos
18	75053	KIT VÁLVULA RETENÇÃO	20	Previne paradas em compressores. Reposição para 100% dos ativos
19	74822	MANGUEIRA BORRACHA 1/4"	200	Alto consumo (10/mês). Vida útil reduzida por flexão constante
20	74829	MANGUEIRA POLIURETANO 6MM	100	Uso em múltiplos equipamentos. Reposição bianual programada
21	3595	MANGUEIRA ALTA PRESSÃO 1/2"	200	Segurança em sistemas pneumáticos. Troca preventiva obrigatória
22	74828	MANGUEIRA DUPLA AR-ÁGUA	100	Desgaste químico. Reposição total para 120 equipos odontológicos
23	74823	MANGUEIRA TRIPLA CINZA	100	Componente crítico. Estoque para 1 ano de consumo (8/mês)
24	74824	MANG. PVC SUGADOR 10,2MM	300	Item descartável de alto giro (25/mês). Inclui 20% de reserva
25	75062	ÓLEO COMPRESSOR MINERAL	35	Consumo médio de 1,5L/mês por compressor.

26	74913	PARAFUSO CABEÇA KAVO FG	50	Peça pequena com alta taxa de perda. Estoque mínimo de segurança
27	104646	VÁLVULA SOLENOIDE SCHUSTER	20	Falha recorrente em bombas a vácuo (40% dos equipamentos/ano)
28	104606	MICRO INTERRUPTOR OLSEN	15	Componente elétrico com vida útil de 3 anos. Reposição parcial
29	104645	INTERRUPTOR GRANDE OLSEN	25	Desgaste mecânico. Troca média de 2 unidades/mês na rede
30	104631	INTERRUPTOR PEDAL KAVO	60	Item crítico. Reposição para 50% dos pedais ativos
31	65528	FILTRO DE AR PROFILAXIA	25	Consumo médio de 1 rolo/mês em procedimentos
32	65520	TRANSDUTOR CERÂMICO	40	Componente frágil. Reposição para 80% dos aparelhos ativos
33	104628	PLACA ELETRÔNICA SAEVO	8	Item de alto custo. Estoque mínimo para equipamentos críticos
34	104644	SENSOR TEMPERATURA	4	Peça específica para autoclaves. Reposição para 4 equipamentos
35	65748	VÁLVULA SOLENOIDE CICLONE	20	Componente hidráulico com troca anual em bombas a vácuo
36	104629	MICROINTERRUPTOR PEDAL OLSEN	50	Desgaste por uso intensivo.
37	104607	RALO CUSPIDEIRA OLSEN	35	Item sujeito a corrosão. Troca média de 3 unidades/mês
38	104643	TAMPA PEDAL OLSEN	40	Proteção física. Reposição para 30% dos equipamentos.
39	104705	CORREIA COMPRESSOR A63	10	Peça de desgaste para compressores Schulz. Troca bienal
40	91488	EIXO TRANSMISSÃO DENTEMED	50	Componente mecânico crítico. Vida útil de 18 meses.
41	91487	ROTOR DENTEMED MAGNUS	50	Peça de desgaste em contra-ângulos. Reposição completa
42	91489	TAMPA FRONTAL DENTEMED	25	Proteção física. Reposição para 50% dos equipamentos
43	91490	ACOPLAMENTO MICRO MOTOR	45	Interface crítica. Vida útil de 1 ano. Estoque estratégico
44	84495	PEDAL ELÉTRICO OLSEN	60	Componente de uso intensivo. Reposição para 50% dos ativos
45	84494	PROTETOR REFLETOR OLSEN	30	Item preventivo. Troca anual em 25% dos equipamentos

46	84493	SUPORTE PONTAS MIDWEST	150	Consumível. Reposição trimestral em todas as clínicas
47	104608	BATERIA 3,6V SCHUSTER	15	Autonomia de 2 anos. Reposição para 15 equipamentos, já aguardando a troca da peça.
48	84522	TAMPA CONTRA- ÂNGULO GNATUS	30	Proteção física. Vida útil de 1 ano. Reposição parcial
49	74971	PEDAL EQUIPO GNATUS	30	Componente crítico. Reposição para 25% dos equipamentos ativos
50	74854	PINO ELASTICO 4.4MM	35	Peça pequena de fixação. Alta taxa de perda (3/mês)
51	75055	PRESSOSTATO AUTOMÁTICO	10	Componente elétrico para compressores. Vida útil 1 ano.
52	74861	ROTOR COMPLETO FG DABI	30	Núcleo mecânico. Reposição para 100% das canetas MRS 400
53	74923	ROTOR COMPLETO FG KAVO	40	Similar Dabi, mas com maior rotatividade. Estoque anual
54	74924	SERINGA TRIPLA KAVO	30	Item descartável. Troca semestral em 60 equipamentos
55	74977	SERINGA TRIPLA GNATUS	60	Consumo maior que modelo Kavo (5/mês). Estoque semestral
56	74982	TAMPA BICARBONATO GNATUS	100	Item preventivo. Troca anual em 100% dos aparelhos
57	74983	TERMINAL ALTA ROTAÇÃO GNATUS	90	Interface de uso intensivo. Vida útil de 9 meses
58	74869	TERMINAL SUCTOR CINZA	40	Componente descartável. Consumo médio de 3 unidades/mês
59	74870	TRAVA BROCA DABI	30	Mecanismo de precisão. Reposição para 100% dos contra-ângulos
60	74960	VÁLVULA SOLENOIDE 24V GNATUS	30	Componente elétrico crítico. Vida útil de 1 ano.

A planilha foi elaborada com base no histórico de manutenção dos últimos dois anos, período em que não houve reposição de peças no almoxarifado. As quantidades estimadas foram calculadas considerando a frequência de falhas registradas, o número de equipamentos em uso e a média de consumo de peças. A planilha também contempla itens que já estão causando a paralisação de equipamentos, evidenciando a necessidade urgente da contratação.

As unidades e especificações de itens presentes na tabela são justificadas com base nos seguintes critérios:

- A aquisição dessas peças tem o intuito de aumentar a demanda de atendimentos odontológicos a pacientes da rede, uma vez que com as manutenções dos equipamentos irá proporcionar maior precisão no atendimento e no cuidado prestado aos pacientes, oferecendo um serviço com eficiência, eficácia e efetividade.
- A compra visa atender às necessidades reparo dos aparelhos odontológicos da SMSA para o período de 01 (um) ano e os mesmos serão utilizados em atendimentos odontológicos nos pacientes do Centro Especializado Odontológico – CEO.
- A quantidade de itens solicitada neste processo licitatório baseia-se no histórico de consumo dos materiais dos anos anteriores, no estoque existente para os itens a serem licitados e na necessidade de disponibilidade de material para ser utilizado nas manutenções, visto que a odontologia é uma especialidade dinâmica e inovadora e que necessita de atualização periódica quanto ao uso de novos materiais.

A estimativa das quantidades utilizadas para o planejamento da compra, foi elaborado pela Engenharia Clínica da SMSA para uso em um período anual, considerando a expectativa conforme o artigo 40 da Lei 14.133 de 2021.

## **8 – ESTIMATIVA DE VALORES**

Estimativa dos valores unitários e globais da contratação, com base nos valores praticados no último certame e em pesquisa simplificada de mercado, a fim de realizar o levantamento do eventual gasto com a solução escolhida (de modo a avaliar a viabilidade econômica da opção) encontra-se no processo administrativo 31.00430254/2025-02.

## **9 - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

O disposto encontra-se aplicável na presente demanda e a adjudicação será por item, conforme inciso II do § 2º do art. 40 da Lei nº 14.133/21, o parcelamento da solução é a regra, devendo a licitação ser realizada por item sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para o fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens.

## **10 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Não verifica-se contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

## **11 – RESULTADOS PRETENDIDOS**

Com a aquisição das peças odontológicas e a realização das manutenções e reparos nos equipamentos instalados nos Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) e nos Centros de Saúde, espera-se a ampliação e a melhoria dos atendimentos odontológicos ofertados pela SMSA.

A medida visa garantir o pleno funcionamento dos aparelhos, assegurando maior durabilidade e reduzindo interrupções nos atendimentos aos usuários da rede SUS/BH.

Além disso, espera-se o aumento da qualidade dos serviços prestados e da capacidade de atendimento, possibilitando a utilização de equipamentos restaurados em perfeitas condições operacionais.

## **12- PROVIDÊNCIAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

Não serão necessárias providências previamente à celebração do contrato.

## **13- POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS**

A presente aquisição não possui relevantes impactos ambientais, contudo as compras sustentáveis buscam atender as necessidades da administração pública por meio de especificações, requisitos e critérios que respeitem o meio ambiente sem comprometer a capacidade da sociedade e das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades. Sendo assim, os fornecedores devem entregar sempre que possível os produtos em consonância com as diretrizes de sustentabilidade ambiental, observando-se, no que couber: menor impacto sobre os recursos naturais; maior eficiência na utilização de recursos naturais; maior vida útil.



Os fornecedores devem oferecer produtos acondicionados, preferencialmente, em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

Visto que os itens objetos deste certame não são considerados altamente poluidores, julgou-se desnecessária a exigência das certificações ambientais para esta contratação.

Para a preservação do meio ambiente e mitigar os impactos ambientais as peças usadas e que forem devolvidas, a GCOSE irá adotar a logística reversa, ou seja, é o sistema que promove o retorno do produto pós-consumo ao próprio setor empresarial responsável pela sua importação, fabricação, distribuição e comercialização. As peças serão reinseridas nos processos de produção e/ou eliminados em locais com destinação final adequada.

#### **14 - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**

Através deste Estudo Técnico Preliminar, foi evidenciado que é viável e necessária a aquisição pretendida, pois as peças odontológicas são itens indispensáveis para proporcionar equipamentos em perfeitas condições de funcionamento por período constante e sem interrupção. Esses equipamentos odontológicos dão suporte ao trabalho de dentistas no tratamento de enfermidade dos usuários dos serviços de saúde SUS/BH. Além disso, os equipamentos odontológicos são fundamentais para que os profissionais de saúde prestem um atendimento digno e de qualidade à população.

#### **15- ANEXOS**

Anexo I – Cronograma de entrega

#### **16- RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO ETP**

**Gerência de Contratação de serviços e Engenharia- GCOSE**

**Anexo I**  
**CRONOGRAMA DE ENTREGA**

TABELA DE PARCELAMENTO PARA RECEBIMENTO DOS ITENS						
ITEM	CÓDIGO GRP	DESCRIÇÃO	QTDE TOTAL	COMPOSIÇÃO DA PARCELA		
				30 DIAS	90 Dias	180 dias
1	74833	ABRACADEIRA CUPILHA 5 X 13 MM PARA USO EM EQUIPAMENTO ODONTOLOGICO DABI ATLANTE	30	10	10	10
2	75035	BORRACHA SUCTOR SALIVA PARA EQUIPAMENTO ODONTOLOGICO	60	20	20	20
3	74837	CABECA CONTRA ANGULO, PARA UTILIZACAO EM CONTRA ANGULO DABI ATLANTE.	30	10	10	10
4	74882	CABECA MONTADA PARAFUSO, UTILIZADA EM CONTRA ANGULO KAVO, MOD. 2068 FGBN	30	10	10	10
5	75047	CORREIRA COMPRESSOR EM V A44 46 EQUIPAMENTO ODONTOLOGICO	20	7	7	6
6	75048	DRENO MANUAL PARA COMPRESSOR ODONOTOLOGICO	20	7	7	6
7	74843	EIXO DIANTEIRO CONTRA ANGULO, UTILIZADO EM CONTRA ANGULO DABI ATLANTE	30	10	10	10
8	74844	EIXO PINCA FG UTILIZADO EM CANETA DE ALTA ROTACAO DABI ATLANTE MRS 400	30	10	10	10
9	74898	EIXO PINCA FG, UTILIZADO EM CANETA DE ALTA ROTACAO KAVO, MOD. EXTRA TORQUE 605	30	10	10	10
10	74845	EIXO PRINCIPAL CONTRA ANGULO, UTILIZADO EM CONTRA ANGULO DABI ATLANTE	30	10	10	10
11	100530	ESPIGAO EM LATAO, FIXO, MACHO, BITOLA DE 1/2 X 3/8 POLEGADA	20	7	7	6
12	75017	ESPIGAO RF 401 MANGUEIRA ¼ ROSCA ¼ PARA EQUIPAMENTO ODONTOLOGICO	80	30	30	20
13	82758	FILTRO DE AR, COM VALVULA REGULADORA, DUAS SAIDAS DE 1/2 POLEGADA, COM MANOMETRO, COPO TRANSPARENTE	40	15	15	10

14	74903	GARRAFA RESERVATORIO DE AGUA, CAPACIDADE DE 1000 ML, UTILIZADA EM EQUIPO KAVO MODELO CLINIK	100	40	30	30
15	74905	JUNTA SPRAY, UTILIZADO EM CANETA DE ALTA ROTACAO KAVO, MOD. EXTRA TORQUE 605	20	7	7	6
16	75052	KIT JUNTAS PARA COMPRESSOR BRAVO ODONTOLOGICO CSL 15BR/150	10	4	4	2
17	74851	KIT TRANSDUTOR (PLACA, CABO E TRANSDUTOR), UTILIZADO EM APARELHO DE PROFILAXIA DABI ATLANTE, MOD. PR	15	5	5	5
18	75053	KIT VALVULA DE RETENCAO PARA COMPRESSOR BRAVO ODONTOLOGICO CSL 15BR/150	20	7	7	6
19	74822	MANGUEIRA BORRACHA PARA COMPRESSOR ODONTOLOGICO /AR COMPRIMIDO TIPO PT 300PSI PRETA 1/4	200	70	70	60
20	74829	MANGUEIRA DE POLIURETANO MEDINDO : DIAMETRO EXTERNO 6 MM E DIAMETRO INTERNO 4 MM PARA EQUIPAMENTO OD	100	40	40	20
21	3595	MANGUEIRA EM BORRACHA REFORCADA, PARA ALTA PRESSAO, BITOLA DE 1/2 POLEGADA	200	70	70	60
22	74828	MANGUEIRA LIZA DUPLA AR-AGUA CINZA PARA ULTRASSOM E PEDAL DE EQUIPO ODONTOLOGICO	100	40	40	20
23	74823	MANGUEIRA PU LIZA TRIPLA CINZA FORMATO OBLATE PARA EQUIPO ODONTOLOGICO	100	40	40	20
24	74824	MANGUEIRA PVC CINZA 10,2 X 7,0 MM PARA SUGADOR ODONTOLOGICO	300	100	100	100
25	75062	OLEO PARA COMPRESSOR ODONTOLOGICO MS LUB SCHULZ, OLEO MINERAL	35	15	10	10
26	74913	PARAFUSO PARA FIXACAO CABECA DE CONTRA ANGULO, UTILIZADO EM CONTRA ANGULO KAVO FG	50	20	15	15
27	104646	PECA BOMBA VACUO SCHUSTER, VALVULA SOLENOIDE ENTRADA DE AGUA	20	7	7	4
28	104606	PECA CADEIRA ODONTOL. OLSEN, MICRO INTERRUPTOR (REFLETOR)	15	5	5	5

29	104645	PECA CADEIRA ODONTOLOGICA OLSEN, INTERRUPTOR GRANDE	25	10	8	7
30	104631	PECA EQUIPAM. ODONTOL. KAVO, INTERRUPTOR PEDAL CHAVE TACTIL	60	20	20	20
31	65528	PECA PARA APARELHO DE PROFILAXIA DABI ATLANTE - FILTRO DE AR	25			
32	65520	PECA PARA APARELHO DE PROFILAXIA DABI ATLANTE - TRANSDUTOR PROFI II CERAMIC	40	15	15	10
33	104628	PECA PARA APARELHO PROFILAXIA SAEVO, PLACA ELETRONICA	8	3	3	2
34	104644	PECA PARA AUTOCLAVE CRISTOFOLI, SENSOR DE TEMPERATURA	4	2	1	1
35	65748	PECA PARA BOMBA A VACUO - VALVULA SOLENOIDE DE ENTRADA DE AGUA CICLONE DABI	20	7	7	6
36	104629	PECA PARA CADEIRA ODONTOL. OLSEN, MICROINTERRUPTOR PEDAL	50	20	15	15
37	104607	PECA PARA CADEIRA ODONTOL. OLSEN, RALO PARA CUSPIDEIRA	35	15	10	10
38	104643	PECA PARA CADEIRA ODONTOLOGICA OLSEN, TAMPA DO PEDAL DE ACIONAMENTO ELETRICO	40	15	15	10
39	104705	PECA PARA COMPRESSOR DE AR SCHULZ BRAVO 20 PES, CORREIA A 63	10	4	3	3
40	91488	PECA PARA EQUIPAMENTO ODONTOLOGICO CONTRA ANGULO DENTEMED MAGNUS, EIXO DE TRANSMISSAO	50	20	15	15
41	91487	PECA PARA EQUIPAMENTO ODONTOLOGICO CONTRA ANGULO DENTEMED MAGNUS, ROTOR	50	20	15	15
42	91489	PECA PARA EQUIPAMENTO ODONTOLOGICO CONTRA ANGULO DENTEMED MAGNUS, TAMPA FRONTAL	25	10	8	7
43	91490	PECA PARA EQUIPAMENTO ODONTOLOGICO DENTEMED MAGNUS, ACOPLAMENTO MICRO MOTOR	45	15	15	15
44	84495	PECA PARA EQUIPAMENTO ODONTOLOGICO OLSEN, PEDAL DE ACIONAMENTO ELETRICO DE CADEIRA	60	20	20	20

45	84494	PECA PARA EQUIPAMENTO ODONTOLOGICO OLSEN, PROTETOR DO REFLETOR	30	10	10	10
46	84493	PECA PARA INSTRUMENTOS DE MAO MIDWEST, SUPORTE PARA PONTAS	150	50	50	50
47	104608	PECA PARA LOCALIZADOR APICAL SCHUSTER, BATERIA 3,6 V, 750 MAH	15	5	5	5
48	84522	PECA PARA PECAS DE MAO - TAMPA DO CONTRA ANGULO GNATUS MODELO SL30 PB	30	10	10	10
49	74971	PEDAL PARA EQUIPO, UTILIZADO EM EQUIPO ODONTOLOGICO GNATUS, MOD. POP STAR / ARTUS	30	10	10	10
50	74854	PINO ELASTICO 4.4 X 1.0 X 0.8 MM, UTILIZADO EM CONTRA ANGULO DABI ATLANTE.	35	15	10	10
51	75055	PRESSOSTATO AUTOMATICO PARA COMPRESSOR ODONTOLOGICO PRESSAO MINIMA 80 LIBRAS E MAXIMA DE 120 LIBRAS	10	4	3	3
52	74861	ROTOR COMPLETO FG UTILIZADO EM CANETA DE ALTA ROTACAO DABI ATLANTE MOD. MRS 400	30	10	10	10
53	74923	ROTOR COMPLETO FG, UTILIZADO EM CANETA DE ALTA ROTACAO KAVO, MOD. EXTRA TORQUE 605	40	15	15	10
54	74924	SERINGA TRIPLICE, UTILIZADA EM EQUIPO KAVO MODELO CLINIK	30	10	10	10
55	74977	SERINGA TRIPLICE, UTILIZADA EM EQUIPO ODONTOLOGICO GNATUS, MOD. POP STAR / ARTUS	60	20	20	20
56	74982	TAMPA DO RESERVATORIO DE BICARBONATO, UTILIZADA EM APARELHO DE PROFILAXIA GNATUS, MOD. JETSONIC PLUS	100	40	30	30
57	74983	TERMINAL ALTA ROTACAO UTILIZADO EM EQUIPO ODONTOLOGICO GNATUS, MOD. POP STAR / ARTUS	90	30	30	30



58	74869	TERMINAL SUCTOR SALIVA CINZA COM REGISTRO PARA USO EM EQUIPAMENTO KIT SUCCAO DA BOMBA A VACUO ODONTO	40	15	15	10
59	74870	TRAVA BROCA UTILIZADO EM CONTRA ANGULO DABI ATLANTE.	30	10	10	10
60	74960	VALVULA SOLENOIDE COMPLETA 24V PARA BOMBA A VACUO GNATUS	30	10	10	10

**ANEXO II DO EDITAL**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº .....**

[IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DO LICITANTE], como representante devidamente constituído de [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO LICITANTE] (doravante denominado [Licitante]), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- (a) a proposta foi elaborada de maneira independente e que seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, quanto a participar ou não da referida licitação;
- (d) que o conteúdo da proposta não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- (e) que o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante do Município antes da abertura oficial das propostas; e
- (f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável legal da empresa licitante

**ANEXO III DO EDITAL**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE BENEFICIÁRIO DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº .....**

Declaramos, sob as penas da lei, que a licitante \_\_\_\_\_ é beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, na condição de \_\_\_\_\_ considerando os valores da receita bruta e o atendimento aos requisitos previstos na Lei supracitada e que no ano-calendário de realização da licitação, a licitante não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como beneficiário da Lei Complementar 123/2006.

Atestamos para os devidos fins, que a licitante não se encontra enquadrada em nenhuma das hipóteses, que veda a concessão do tratamento jurídico diferenciado, previstas nos incisos I a XI do § 4º do art. 3º da Lei nº 123/2006:

- a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c) de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- d) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- e) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- f) constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- g) que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- i) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- j) constituída sob a forma de sociedade por ações.
- k) cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

Possuímos ciência da nossa obrigação de comunicar ao Município de Belo Horizonte quaisquer fatos supervenientes que alterem a situação de nossa empresa.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável legal da empresa licitante



**ANEXO IV DO EDITAL**  
**MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO**  
**CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE**  
**BELO HORIZONTE, POR INTERMÉDIO**  
**DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,**  
**E A EMPRESA**  
.....

O Município de Belo Horizonte, inscrito no CNPJ sob o nº 18.715.383/0001-40, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, com sede na Avenida Afonso Pena nº 2336, Funcionários, na cidade de Belo Horizonte/MG, neste ato representada pelo Secretário(a) Municipal de ..... nomeado(a) pelo Ato nº ....., de .... de ..... de 20..., publicado no DOM de .... de ..... de ....., portador da Matrícula Funcional nº ....., doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa ..... inscrita no CNPJ sob o nº ....., sediada na ....., na cidade de ...../....., neste ato representada por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, doravante denominado CONTRATADO, tendo em vista o que consta no procedimento nº ..... e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e dos Decretos Municipais nºs 18.096/2022 e 18.324/2023 e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 94085/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de peças para equipamentos odontológicos, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato, na forma do art.105 da Lei nº 14.133/2021.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO MODELO DE EXECUÇÃO E DA GESTÃO CONTRATUAL**

3.1. O modelo de execução, bem como as regras de gestão contratual constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. As regras referentes à subcontratação estão estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

5.1. O valor total da contratação é de R\$ ..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### **CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO/MEDIÇÃO E DO PAGAMENTO**

6.1. O recebimento/medição, liquidação, prazo e forma de pagamento serão efetuados conforme regras estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 11/05/2026.

7.2. Após o interregno de um ano, mediante pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, com a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA/IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.4.1. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste poderá ser realizado por termo aditivo ou por simples apostila.

## **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

8.1. As obrigações do Contratado e do Contratante estão estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA NONA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

9.1. A prática de atos ilícitos sujeita o Contratado à aplicação das seguintes sanções administrativas, na forma do Decreto nº 18.096/2021:

9.1.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.1.2. multas nos seguintes percentuais:

a) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega-de material, recaindo o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente;

a.1. a multa moratória poderá ser aplicada mesmo nas hipóteses em que ocorrer a aceitação da prorrogação do prazo de entrega.

b) multa compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao contratado que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, nos termos do art. 10 do Decreto Municipal nº 18.096/2022;

c) multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ao contratado que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

d) multa compensatória de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato em razão do cometimento das infrações administrativas previstas no art. 3º do Decreto Municipal nº 18.096/2022.

9.1.2.1. As multas previstas acima serão fixadas considerando as atenuantes e agravantes presentes no caso concreto.

9.1.3. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do art. 3º do Decreto Municipal nº 18.096/2022, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do art. 3º do Decreto Municipal nº 18.096/2022, bem como nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo artigo, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista no subitem acima.

9.2. As penalidades de advertência e multa serão aplicadas pelo Diretor competente.

9.3. A penalidade de impedimento de licitar e contratar será aplicada pelo Subsecretário Municipal ou ocupante de cargo equivalente, nos demais órgãos e entidades da administração direta ou indireta.

9.4. A penalidade de declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário ou autoridade máxima da entidade, nos demais órgãos e entidades da administração direta ou indireta.

9.5. A notificada poderá apresentar defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será:

- a) o primeiro dia após a confirmação do recebimento da notificação por e-mail;
- b) o primeiro dia após a juntada ao processo do Aviso de Recebimento da correspondência em que a notificação foi enviada;
- c) o primeiro dia após o fim do prazo indicado no § 3º do art. 44 do Decreto Municipal nº 18.096/2022, quando a notificação for publicada no DOM.

9.6. No caso de aplicação das penalidades de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar será concedido prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de recurso a contar da publicação da decisão condenatória no DOM.

9.7. Da aplicação de sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data da publicação da decisão no DOM.

9.8. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.8.1. A multa moratória também poderá ser aplicada cumulativamente com as demais multas previstas.

9.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela administração ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença poderá ser paga diretamente à administração, descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.

9.9.1. A multa inadimplida poderá ser descontada de pagamento eventualmente devido pelo Contratante decorrente de outros contratos firmados com a administração municipal.

9.10. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DA POLÍTICA E AVALIAÇÃO DE INTEGRIDADE**

10.1. Objetivando afirmar a aderência do Contratado aos padrões éticos e de integridade, exigidos pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte:

10.1.1. O Contratado se compromete a conhecer e observar as diretrizes da política de integridade adotada pela administração municipal, nos termos do Decreto nº 18.337/2023.

10.1.2. O Contratado se compromete a se orientar pelos princípios do Código de Ética do Agente Público Municipal e da Alta Administração, insertos no Decreto nº 14.635/2011; atentando-se para a aplicação das sanções previstas na Lei nº 12.846/2013.

10.1.3. O Contratado fica ciente de que é vedada a contratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes e empregados desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

10.1.4. O contratado deverá assegurar que seus colaboradores, empregados, subcontratados e agentes estejam cientes e cumpram as referidas diretrizes durante a execução do contrato.

10.1.5. O descumprimento de quaisquer das diretrizes mencionadas poderá acarretar a aplicação de penalidades contratuais, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

---

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

11.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

11.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, obedecidas as condicionantes legais.

11.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade

Contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

12.1. As despesas decorrentes do presente Contrato serão acobertadas pela(s) seguinte(s) dotação(ções) orçamentária(s):

- 2302 3401 10 301 157 2690 0001 339030 37 1600000 0000
- 2302 3401 10 302 114 2952 0003 339030 37 1600000 0000

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS**

13.1. O Contratado obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

13.2. O Contratado obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.



13.3. O Contratado deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

13.4. O Contratado não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

13.5. O Contratado não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

13.5.1 O Contratado obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.

13.6. O Contratado fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

13.6.1. Ao Contratado não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

13.6.1.1. O Contratado deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

13.7. O Contratado deverá notificar, imediatamente, o Contratante no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

13.7.1. A notificação não eximirá o Contratado das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

13.7.2. O Contratado que descumprir nos termos da Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigado a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

13.8. O Contratado fica obrigado a manter preposto para comunicação com o Contratante para os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.

13.9. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre o Contratado e o Contratante, bem como, entre o Contratado e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

13.10. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará o Contratado a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis, Decretos Municipais nºs 18.096/2022, 17.813/2022 e 18.324/2023, e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

15.2. O Contratado é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes Contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

15.5. Fica vedada qualquer alteração qualitativa ou quantitativa dos contratos, que implique custos adicionais, ou alteração conceitual dos projetos.

15.5.1. Incluem-se na vedação a repactuação/revisão de preços.

15.5.2. Não constitui alteração contratual vedada o reajuste de preços previsto contratualmente.

15.5.3. Excetua-se da regra o ato autorizativo exarado, prévia e expressamente pelo titular da Secretaria ou da Entidade em cuja dotação orçamentária a despesa ocorrerá, em processo próprio, com a justificativa da imprescindibilidade da alteração contratual para se atingir o interesse público.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO**

16.1. A publicação do extrato do presente contrato no Diário Oficial do Município – DOM e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) correrá por conta do Contratante.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS ANEXOS**

17.1. Vinculam ao presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital da Licitação, a proposta da Contratada, bem como eventuais anexos dos documentos supracitados, e integram o presente instrumento os seguintes Anexos:

- a) Anexo I - Termo de Referência.
- b) Anexo II – Especificação e Quantidade do Objeto.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**



18.1. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste contrato será o da Comarca de Belo Horizonte.

E por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente contrato, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

Belo Horizonte, ..... de..... de 20.....

\_\_\_\_\_  
Secretário(a) Municipal de .....

\_\_\_\_\_  
Representante legal do Contratado



**ANEXO I DA MINUTA DE CONTRATO**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**(QUANDO DA ELABORAÇÃO DESTE CONTRATO TRANSCREVER O TERMO DE  
REFERÊNCIA)**



**ANEXO II DA MINUTA DE CONTRATO**  
**ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE DO OBJETO**

**ITEM/GRUPO/LOTE N° 94085/2025**

ITEM	SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	MARCA / MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1							
<b>VALOR GLOBAL:</b>							
..... reais e ..... centavos.							

**ANEXO V DO EDITAL**

**MAPA DE RISCO**

MAPA DE RISCOS - PROCESSO Nº 31.00430254/2025-02 - Peças para Equipamentos Odontológicos - GCOSE									
	IDENTIFICAÇÃO DO RISCO			ANÁLISE DO RISCO			RESPOSTA AO RISCO		
RISCO	Fase	Descrição	Dano	Probabilidade	Grau de Impacto	Nível de aceitação de risco	Ações preventivas	Ações contingenciais	Responsável
RO1	Planejamento	Equipe responsável pela elaboração da demanda não detém conhecimento necessárias à execução da atividade	Especificações incompletas ou com requisitos irrelevantes ou indevidamente restritivos, com consequente indefinição do objeto e dificuldade de obtenção da	Média	Alto	Inaceitável	Capacitar equipe responsável pela elaboração da demanda	Autoridade competente deve reavaliar a Equipe ou capacitar os membros de forma tempestiva	Diretor da área demandante

			solução necessária ao atendimento da necessidade ou diminuição da competição e aumento dos custos.						
R02	Planejamento	Executar o processo de planejamento de forma muito simplificada para contratações de maior risco (alto valor, alto impacto nas atividades da organização)	Contratação que não produz resultados capazes de atender à necessidade da administração, com consequente desperdício de recursos públicos, ou levando à impossibilidade de contratar, com consequente não atendimento da necessidade que originou a contratação.	Média	Alto	Inaceitável	No caso de contratações de maior risco, a equipe responsável pela elaboração da demanda deve executar as atividades de planejamento de forma mais exhaustiva	Autoridade competente não aprova o Estudo técnico Preliminar(ETP), bem como o Termo de Referência (TR)	Diretor e Gerente da área demandante



R03	Planejamento	Contratação sem realização de estudos técnicos preliminares	Contratação que não produz resultados capazes de atender à necessidade da administração, com consequente desperdício de recursos públicos; ou levando à impossibilidade de contratar, com consequente não atendimento da necessidade que originou a contratação; ou levando a especificações indevidamente restritivas, com consequente diminuição da competição e aumento indevido do	Baixa	Alto	Aceitação Intermediária	Elaboração do Estudo Técnico Preliminar pela equipe responsável pela elaboração da demanda	Autoridade competente não aprova a formalização da demanda	Diretor e Gerente da área demandante
-----	--------------	---	--	-------	------	-------------------------	--	--	--------------------------------------

			custo da contratação						
R04	Planejamento	Não realizar ampla pesquisa de mercado durante o estudo técnico preliminar da contratação.	Falta de benchmarking; estudo de apenas uma solução de mercado; solução não atender aos resultados pretendidos; fragilidade na justificativa da contratação.	Médio	Alto	Aceitação Intermediária	Realizar estudo comparativo entre várias formas e modalidades das soluções como um todo. Elaborar Estudo Técnico Preliminar robusto, que apresente estudo comparativo realizado. Efetuar levantamento de contratações similares feitas por outros órgãos,	Autoridade competente não aprova o Estudo técnico Preliminar(ETP), bem como o Termo de Referência (TR)	Diretor e Gerente da área demandante

							consultar sítios da internet, de modo a buscar o maior número possível de fontes.		
R05	Planejamento	Indisponibilidade de orçamentária (ausência de recursos orçamentários ou financeiros)	Indisponibilidade orçamentária, com consequente impossibilidade de contratação	Média	Alto	Inaceitável	A equipe responsável pela elaboração da demanda, verifica junto à Diretoria de Orçamento e Finanças - DIOF e Assessoria de Planejamento e Ações Intersectoriais - ASPLAN a informação sobre a disponibilidade orçamentária que comporte o valor estimado para a contratação.	Realizar Planejamento orçamentário a fim de realizar a aquisição da solução pretendida	Área demandante, DIOF e ASPLAN

R06	Planejamento	Pesquisa de Mercado com problemas	Elevação de custos decorrente do incorreto levantamento dos preços mensurados. Contrato sobre precificado ou inexecutável. Licitação fracassada ou deserta.	Médio	Alto	Aceitação Intermediária	A analista de compras responsável pela pesquisa de preços, deve seguir os normativos vigentes aplicáveis à pesquisa de mercado. Basear nos preços constantes no Painel de Preços do Governo Federal, em contratações similares de outros órgãos e entidades públicas, sítios eletrônicos especializados e cotação com fornecedores.	Realizar ou revalidar a pesquisa de mercado. Cancelar ou revogar a licitação e republicar o edital.	Gerência de Compras
R07	Planejamento	Questionamentos quanto a exigências contidas no edital legais e	Surgimento de questionamentos no certame (e.g., impugnações,	Baixa	Médio	Aceitável	A equipe da gerência de compras, responsável pela elaboração	Pregoeiro, equipe de apoio e área demandante, devem dar	Pregoeiro, Equipe de apoio e área demandante

		legítimas, mas não usuais	recursos), com consequente paralisação do certame até que a exigência seja compreendida ou revista				do edital solicitará a área demandante que incluía as justificativas, referências e dispositivos legais que fundamentam as inclusões das exigências que não são usuais e têm maior risco de questionamentos	celeridade aos questionamentos levantados, quando for o caso, pelos licitantes e realizar a revisão das exigências impostas para adequá-las às orientações existentes na Administração Pública	
R08	Seleção do Fornecedor	Empresas sem qualificação econômico-financeira adequada para a execução do objeto participando da licitação	Contratação de empresa incapaz de executar a avença, com consequente não obtenção do objeto contratado e descumprimento, pela contratada, das obrigações previstas em legislação específica e no	Baixa	Alto	Aceitação Intermediária	A equipe responsável pela elaboração do termo de referência e a equipe da gerência de compras, responsável pela elaboração do edital, inclui no edital exigências de qualificação econômico-	A Gerência de contabilidade - GERCT, ao verificar que o participante adjudicado não comprovou as exigências contidas no edital, não realiza a aprovação do parecer contábil	A equipe responsável pela elaboração do termo de referência, equipe da gerência de compras, responsável pela elaboração do edital e a Gerência de

MINUTA PADRÃO DE EDITAL  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

			contrato ou instrumento equivalente				financeira, tais como: certidão negativa de falência ou recuperação judicial; balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos dois anos de exercício social; comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um); entre outros se for necessário.	contabilidade e - GERCT
--	--	--	-------------------------------------	--	--	--	---	-------------------------

R09	Seleção do Fornecedor	Atestado de capacidade técnica exigido determina comprovação de execução do objeto com características, prazo ou qualidade desproporcional do objeto que se deseja contratar	Limitação indevida da competição, ou interrupção do processo de contratação (e.g., mandado de segurança no poder judiciário, determinação dos órgãos de controle)	Baixa	Alto	Aceitação Intermediária	A equipe responsável pela elaboração do termo de referência, inclui exigência de apresentação de atestado para comprovação da qualificação técnica atentando à algumas diretrizes, por exemplo: a) deve-se explicitar as características relevantes do objeto que serão objeto de comprovação do atestado, não se devendo fazer descrições genéricas que podem deixar margem de dúvida quanto ao que deve ser comprovado;	Autoridade competente não aprova o Termo de Referência (TR)	Diretor e equipe responsável pela elaboração do termo de referência
-----	-----------------------	--	---	-------	------	-------------------------	--	---	---



MINUTA PADRÃO DE EDITAL  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

							b) deve-se permitir o somatório de atestados nos casos em que a aptidão técnica das licitantes puder ser satisfatoriamente demonstrada por mais de um atestado, e vedar o somatório em caso contrário; c) não deve ser estabelecido limitação temporal para os atestados, ou seja, não se pode rejeitar atestado devido à sua antiguidade (mas deve-se exigir que o objeto do atestado tenha sido executado dentro de		
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--



							determinado prazo compatível com o prazo do contrato que se pretende firmar); d) não se pode estabelecer qualquer distinção entre atestados de serviços prestados a organizações públicas e a organizações privadas		
R10	Seleção do Fornecedor	Proponente vencedor apresenta proposta com valores dos serviços/materiais inexequíveis ou elavado abaixo do mercado	Contratação de proposta que não espelha a realidade dos preços de mercado, ocasionando a não execução dos serviços na quantidade e/ou qualidade exigidas	Baixa	Alto	Aceitação Intermediária	A equipe responsável pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar e termo de referência deve descrever detalhadamente todo o modo de execução dos	Pregoeiro deve realizar diligências para comprovar a veracidade dos preços elencados nas propostas comerciais do proponente.	A equipe responsável pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar e termo de referência e Pregoeiro

							serviços que estão previstos no TR, para evitar que sejam cotados de maneira errônea pelos participantes da licitação. A gerência de compras responsável pela pesquisa de preço elabora mapa de preços que servirá de orientação quanto aos valores de referência dos itens.		
R11	Seleção do Fornecedor	Pregoeiro não detém as competências multidisciplinares necessárias à execução da atividade (e.g., conhecimentos técnicos do objeto,	Aceitação ou à recusa de propostas em desacordo com o edital, com consequente contratação de empresa incapaz e/ou inidônea	Baixa	Alto	Aceitação Intermediária	Manter quadro de pregoeiros devidamente capacitados e atualizados com as jurisprudências e normas em geral no tocante	A autoridade competente, ao verificar que o participante adjudicado não comprovou as exigências contidas no edital, não realiza a	Diretoria de Compras e Licitações (DCL)

		conhecimentos jurídicos aprofundados)	para a execução do objeto				ao processo licitatório	homologação e remete o processo à DCL	
R12	Seleção do Fornecedor	Licitação fracassada ou deserta	Demora no processo de contratação, gerando prejuízos ao andamento das atividades da Administração	Baixo	Alto	Aceitação Intermediária	Inclusão de pré-requisitos dos licitantes e características dos produtos que forem essenciais ao objeto da licitação	Repetição da licitação com a devida revisão dos motivos que originaram o seu fracasso	Pregoeiro, a equipe responsável pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar e termo de referência.
R13	Gestão do Contrato	Identificação de descumprimento contratual	Atrasos nas entregas dos objetos contratuais (materiais ou serviços), comprometendo o estoque e os atendimentos na Rede SUS	Alta	Alto	Inaceitável	Capacitar fiscais e gestores dos contratos para a identificação da infração contratual e para a disponibilização de informações para o setor responsável pela apuração das infrações e pela possível	A autoridade competente deve capacitar os gestores e fiscais do contrato para realizarem uma melhor administração do contrato, proporcionando uma fiscalização mais efetiva	Fiscais e Gestores dos contratos Diretoria de Logística e Suprimentos

							aplicação de sanção.		
R14	Formalização do contrato	Elaboração da minuta do contrato	Utilização de instrumentos não padronizados, levando a multiplicidade de esforços para realizar contratações de objetos correlatos (e.g., aquisição de medicamentos, materiais médicos-hospitalares, mobiliário hospitalar, insumos laboratoriais, etc.), com consequente esforço	Médio	Alto	Inaceitável	Emprego de checklists, modelos de atas de registro de preços e contratos de aquisição com elementos mínimos necessários ao cumprimento das normas aplicáveis ao processo de seleção e contratação das empresas, previamente aprovados pela Procuradoria Jurídica da entidade. Ademais, a	Gestor do contrato verifica a contratação e a sua compatibilidade com aquilo que foi orientado pelo Termo de Referência para atestar somente o que foi efetivamente licitado.	Diretor e Gerente da área demandante e da área de contratos

			desnecessário para elaborar contratos e repetição de erros.				capacitação da equipe para análise de compatibilidade da minuta apresentada com o Termo de Referência.		
R15	Formalização do contrato	Publicação do contrato	Ausência de padrão para publicação dos extratos de contrato na imprensa oficial (checklist, planilha, etc.), levando a publicações intempestivas ou incompletas dos contratos, com consequente falta de transparência dos instrumentos	Baixo	Alto	Aceitação Intermediária	Checklist e controle manual dos prazos legais para publicação dos extratos de contrato na imprensa oficial, anexando os comprovantes de publicação no termo de contrato.	Área demandante da compra não identifica a publicação correspondente do extrato no DOM - Diário Oficial do Município e solicita a disponibilização do instrumento para viabilizar a execução.	Diretor e Gerente da área de contratos

			celebrados e comprometimento da eficácia dos contratos.						
R16	Formalização do contrato	Disponibilização da garantia contratual	Contratos celebrados sem listas de verificação com os requisitos mínimos para apresentação das garantias contratuais, levando a aceitação de garantias inidôneas, com consequente prejuízo ao erário decorrente de inexecução contratual e impossibilidade de ressarcimento.	Baixo	Médio	Aceitável	Listas de verificação (checklist) para formalização dos contratos e apresentação de garantia contratual, de modo que o servidor responsável tenha um referencial claro para atuar na fase da referida formalização.	O setor de contabilidade ou a assessoria jurídica identificam que o contrato não possui a garantia contratual e solicitam providências para tanto.	Gerente da área de contratos

R17	Formalizaçã o do contrato	Formalização dos papéis da fiscalização contratual	Contratação conduzida sem designação dos atores que devem atuar na fiscalização do contrato, levando a questionamento da legitimidade dos atos	Médio	Alto	Inaceitável	Designação formal, pela autoridade competente, dos representantes da entidade que atuarão na fiscalização do contrato, assim como seus substitutos eventuais de forma simultânea à publicação do contrato respectivo.	Área demandante da compra identifica que não há designação formal para gestão e fiscalização e, por isso, solicita a regularização.	Gerente da área de contratos
-----	---------------------------------	---	--	-------	------	-------------	--	---	------------------------------------